

Sumário

Número de notícias: 33 | Número de veículos: 20

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA/INTERNACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

Solidariedade ofuscada por potências 4

FOLHA DE S. PAULO - SP - ELEIÇÕES 2022
SERVIDOR PÚBLICO

Democracia ainda não perdeu - CELSO ROCHA DE BARROS 5

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Brasil e sua incômoda vulnerabilidade fiscal (Artigo) 6

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ELEIÇÕES 2022
SERVIDOR PÚBLICO

Desde 1998, presidente não se elege no primeiro turno 7

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Com R\$ 400 bi fora da previsão, Orçamento de 2023 é desafio 8

PIONEIRO - RS - MAIS SERRA
SEGURIDADE SOCIAL

A seguridade social e os idosos (Artigo) 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
REFORMA TRIBUTÁRIA

Os eleitos 12

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Candidatos devem explicar como conciliar promessas e política fiscal 16

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Quinze governadores estão definidos 17

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Para empresários, Lula terá de sinalizar equipe de governo 18

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Para cobrar de Cláudio Castro: veja as 60 promessas do governador reeleito 19

PORTAL R7 - NACIONAL - ELEIÇÕES 2022
REFORMA TRIBUTÁRIA

Em discurso após 1º turno, Bolsonaro mira STF e critica institutos de pesquisa 22

PORTAL UOL - ELEIÇÕES 2022
REFORMA TRIBUTÁRIA

Deputado mais votado em SP, Boulos defende taxar lanchas; como funciona? 23

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Mais 4 semanas (Editorial) 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Juro real sobe em meio a luta contra projeções de inflação 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Conta em dólar reduz custo de compras em sites e viagens; entenda 29

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Após terceiro trimestre volátil, o que esperar da Bolsa no Brasil? 32

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Responsabilidade fiscal e sobrevivência política - SERGIO LAMUCCI 33

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Falta de verba e demanda reprimida são desafios para saúde em 2023 34

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Horizonte nebuloso 35

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Pacificação: difícil e imprescindível (Editorial) 37

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
ECONOMIA

Tarcísio e Haddad impõem derrota histórica ao PSDB 38

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Educação financeira para fugir das dívidas 40

FOLHA DE S. PAULO - SP - ELEIÇÕES 2022
ECONOMIA

Lula deverá procurar Tebet e tucanos para ampliar alianças no 2º turno 44

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS
ECONOMIA

Dólar em alta afeta até as economias mais fortes 46

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Os desafios da economia para o futuro governo (Artigo) 50

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Combate à insegurança alimentar custará US\$ 50 bi, afirma FMI 51

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Taxa de juros na zona do euro pode chegar a 3%, prevê banco 52

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

PIB brasileiro no século 20 pode ter sido menor que o divulgado 53

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
ECONOMIA

Presidente surpreende o PT de salto alto (Artigo) 55

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Redes sociais tornam-se palco central de debates 56

Segunda-Feira, 3 de Outubro de 2022

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Extrema-direita preocupa analistas 57

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Dólar não deve perder fôlego tão cedo 58

Solidariedade ofuscada por potências

Lucas Neves

Desde que a Rússia invadiu a Ucrânia, dando início ao conflito por procuração entre Moscou e Washington, aliados europeus, governos e órgãos multilaterais se mobilizam para responder a uma das maiores emergências humanitárias em solo europeu desde a Segunda Guerra.

Até o fim de setembro, segundo a ONU, mais de 13 milhões de ucranianos cruzaram a fronteira em fuga da guerra -7,5 milhões tendo buscado abrigo em países da Europa.

A narrativa oficial de solidariedade e engajamento benevolente, porém, pouco disfarça interesses políticos e econômicos tradicionais nesse tipo de resposta transnacional a confrontos que atingem multidões de civis. O lembrete é de Luiza Mateo, professora de relações internacionais da PUC-SP.

É claro que são importantes iniciativas como o dispositivo aprovado pela União Europeia para permitir a permanência de refugiados ucranianos nos 27 países do bloco por até três anos, com acesso a educação, trabalho e **seguridade social** (e sem a necessidade de um visto).

Ou o britânico Homes for Ukraine (Lares para a Ucrânia), programa semelhante, mas que coloca a emissão de visto como pré-requisito à entrada dos cidadãos deslocados pela guerra.

Ou ainda os cerca de US\$ 8 bilhões (cerca de R\$ 41 bi) já doados pelo Usaid, a agência norte-americana para o desenvolvimento internacional, para a manutenção de serviços essenciais (notadamente, hospitais, escolas, acesso a eletricidade, mantimentos e alojamento) - US\$ 3 bi (R\$ 15 bi) apenas em agosto.

Mas esses repasses empalidecem perto dos aportes feitos por Washington e Bruxelas para turbinar a resposta militar ucraniana às investidas da Rússia. Só os EUA se comprometeram a enviar, desde fevereiro deste ano, mais de US\$ 13,5 bilhões (R\$ 73 bi) em armas e munições. Nos últimos 12 meses, foram nada menos do que 19 pacotes de ajuda militar.

"Esse auxílio (com armas e munições) alimenta o conflito", diz Mateo. "A ajuda humanitária acaba entrando como mera resposta à opinião pública, para tentar contrabalançar o envolvimento desses países na máquina de guerra."

Outro nó da ajuda humanitária, segundo a professora, é a distância entre os valores prometidos pelas potências que financiam as principais agências das Nações Unidas e o que é efetivamente desembolsado.

"Muitos países acabam preferindo a via bilateral (de governo para governo, sem a intermediação de órgãos multilaterais). Isso permite, por exemplo, um controle mais rígido sobre o direcionamento dos recursos e a inclusão de parceiros privados escolhidos a dedo, consolidando a máquina da indústria da ajuda", observa Mateo.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/03/10/2022/p1>

Democracia ainda não perdeu - CELSO ROCHA DE BARROS

CELSO ROCHA DE BARROS

O resultado do primeiro turno mostrou que, embora Bolsonaro tenha um alto nível de rejeição, não houve um grande deslocamento ideológico desde a última eleição presidencial: a direita, e mesmo a direita radical, continuam muito fortes.

Lula ainda tem boas chances de vencer, mas terá que se deslocar ainda mais para o centro enquanto preserva seus eleitores pobres.

Agora a eleição vai se decidir por pequenas transferências de votos, e a importância das alianças casadas nos pleitos estaduais e na eleição para presidente será grande.

O PT deve apoiar Eduardo Leite no Rio Grande do Sul em troca do apoio de Rodrigo Garcia em São Paulo, por exemplo. Os votos de Simone Tebet tornaram-se desproporcionalmente importantes.

Não vai ser um mês tranquilo. O Brasil tem grandes chances de ser pior nos próximos quatro anos porque haverá segundo turno agora. Há alguma chance de Lula fazer concessões programáticas aos economistas do centro democrático, ou às ideias de Ciro, mas me permitam mostrar o tipo de disputa que pode ser mais decisiva: governadores eleitos pelo Brasil afora leiloarão seu apoio ao candidato que prometer gastar mais dinheiro com eles.

Se Bolsonaro investir tudo na pauta moral, Lula terá que trair minorias e/ou prometer gastar ainda mais dinheiro com os pobres para neutralizar esse discurso.

Sobretudo, será mais um mês de ameaça de golpe e estratégias eleitorais como a presença do farsante Kelmon no debate, mentindo que era candidato e escondendo que é padre de uma religião inventada no Peru.

É mais um mês de coisas como Bolsonaro entrando na Justiça para garantir que pobres não conseguissem votar por não terem dinheiro para a passagem de ônibus.

De qualquer forma, torço para que eu esteja errado e seja possível aproveitar o segundo turno para incorporar ao programa de Lula boas ideias dos

programas de Ciro e Tebet.

Isso poderia incluir, além de toda a pauta educacional adotada em Sobral, as ideias de Ciro sobre ajuda a trabalhadores endividados, entre outras.

No caso de Tebet, como já defendi aqui, Lula deveria aproveitar a proposta de **reforma tributária** proposta pelo deputado pemedebista Baleia Rossi. Também acho que o PT deveria ouvir com carinho as propostas de Tebet sobre uma dotação para estudantes que concluam o segundo grau.

O peso das ideias centristas, é claro, será proporcional ao tamanho da contribuição dos aliados centristas para a vitória. Quanto mais governadores, partidos e segmentos sociais de fora da esquerda se incorporarem à campanha de Lula, mais centrista será seu governo.

Teria sido ótimo se Jair Bolsonaro tivesse sido humilhado com uma derrota no primeiro turno. Seria uma homenagem aos 700 mil mortos na pandemia, às jornalistas agredidas, aos ambientalistas perseguidos, aos funcionários públicos assediados, aos brasileiros que disputaram osso a tapa em frente ao supermercado esse ano.

Teria sido um grande passo para a substituição dos fascistas pelos liberais na liderança da direita brasileira. Teria sido uma chance dos brizolistas derrotarem a extrema direita militar que não deixou Brizola concorrer à Presidência por 20 anos e entregou a sigla do PTB ao Padre Kelmon.

Enfim, vamos ter que fazer isso tudo com um mês de atraso.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

53

Brasil e sua incômoda vulnerabilidade fiscal (Artigo)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo/20221003>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo/20221003>

Desde 1998, presidente não se elege no primeiro turno

FERNANDO HENRIQUE FOI O ÚNICO

Desde a redemocratização do Brasil, em 1988, o único presidente da República a se eleger no primeiro turno foi Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Para este ano, está confirmado para 2022 um segundo turno entre o presidente Jair Bolsonaro (PL) e Lula (PT). O segundo turno de 2022 foi oficializado pouco depois das 21h30min, quando mais de 95% das urnas já haviam sido apuradas. Para ser eleito em primeiro turno, um dos dois precisaria ter 50% dos votos válidos mais um - o que não ocorreu. A votação em segundo turno acontece em 30 de outubro, último domingo deste mês.

O ex-presidente tem como principal compromisso, caso seja eleito, implantar políticas públicas para socorrer a população mais carente, sobretudo para combater a fome. Lula promete manter o Auxílio Brasil a R\$ 600 e transferir um adicional de R\$ 150 para famílias beneficiárias do programa que tenham filhos de até 6 anos de idade - o bônus será pago a cada criança dentro dessa faixa etária. Além disso, o petista garante que vai reajustar o salário mínimo sempre acima da **inflação**.

Lula também diz que vai criar oportunidades de trabalho e de emprego. A proposta do governo dele é implementar uma nova legislação, de extensa proteção social a todas as formas de ocupação, de emprego e de relação de trabalho. Para a saúde, o petista tem como metas fortalecer e aprimorar a gestão do Sistema Único de Saúde (SUS).

Ao longo da campanha eleitoral, Bolsonaro teve como uma das principais estratégias lembrar os casos de corrupção durante as gestões do PT na Presidência da República, em especial quando Lula foi presidente. Além disso, o chefe do Executivo enfatizou pautas que sempre nortearam a sua vida pública, como defesa à família, liberdade de expressão, valores religiosos e patriotismo. O presidente reeleito tem como compromisso para o novo mandato manter o Auxílio Brasil a R\$ 600. O projeto da Lei Orçamentária (PLOA) do ano que vem enviado pelo governo ao Congresso Nacional prevê o pagamento do benefício de R\$ 400, mas Bolsonaro afirmou que o valor será ampliado. Segundo ele, isso será possível com a taxação de lucros e dividendos de pessoas que ganham acima de R\$ 400 mil por mês. Outra promessa é aumentar o

salário dos **servidores públicos** vinculados ao Executivo federal.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=logín&edicao=10480>

Com R\$ 400 bi fora da previsão, Orçamento de 2023 é desafio



Em análise. A proposta de lei orçamentária enviada ao Congresso em agosto estima um déficit primário de R\$ 63,7 bilhões no próximo ano

SIMON NASCIMENTO

Uma das provas do presidente eleito será avançar na pauta fiscal e econômica

A pauta econômica e fiscal se avizinha como um dos principais desafios para o próximo presidente eleito do Brasil. Um estudo feito por pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas (FGV) estima um rombo que pode chegar a R\$ 430 bilhões no Orçamento para o ano que vem.

O cálculo leva em consideração valores que ultrapassaram o teto de gastos públicos, como benefícios concedidos a partir da PEC os Benefícios, desoneração com a redução das alíquotas de **impostos** estaduais e federais, custos financeiros por não pagamento de dívidas públicas e também os valores não previstos pela equipe econômica do governo no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOa).

A proposta da lei orçamentária foi enviada pelo governo federal ao Congresso Federal no final de agosto e estima um déficit primário de R\$ 63,7 bilhões no próximo ano. O valor é quase o dobro do rombo registrado em 2021 e está acima da previsão feita pelo Ministério da Economia, de R\$ 59 bilhões, para este ano. Apesar da previsão de um resultado no vermelho, o projeto reservou R\$ 19,4 bilhões para as emendas de relator, no chamado "orçamento secreto". O montante é o mesmo destinado às emendas parlamentares.

Já as medidas implementadas pelo governo de Jair Bolsonaro, antes do período eleitoral, como a redução de **impostos** para baratear combustíveis, somam R\$ 68 bilhões em perdas aos cofres públicos. Na compensação da União aos Estados pela queda na arrecadação tributária ocasionada pela redução da

alíquota do ICMS para combustíveis, energia e telecomunicações, e com o não pagamento de precatórios - ordem judicial determinando à União a quitação de dívidas sem possibilidade de recursos -, a soma pode alcançar a cifra dos R\$ 144 milhões.

Atualmente, alguns Estados como Minas Gerais, São Paulo e Piauí já conseguiram liminares, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), determinando que a União pague integralmente aos entes federados as diferenças geradas com a mudança tributária.

O problema, avalia o professor de economia e analista aposentado do Banco Central Paulo César Feitosa, acaba não ficando restrito somente à Brasília.

"O ICMS é a principal receita dos Estados. Hoje são poucos com situação financeira saudável, vários têm dívidas com a União e precisavam desses recursos até mesmo para bancar parcelas da dívida e não serem obrigados a entrar no Regime de Recuperação Fiscal (RRF), que retira totalmente o poder e a autonomia do governadores", explicou. O economista lembrou que municípios, que recebem parte do dinheiro do ICMS, vão ter dificuldades para bancar gastos com educação básica e saúde pública, por exemplo.

Levando em consideração os impactos da redução das alíquotas do ICMS, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) estimou um impacto anual de R\$ 4,5 bilhões às cidades para o financiamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

SOCIAL. Além dos investimentos em saúde e educação, as lacunas no Orçamento também chegam aos programas sociais. Na proposta enviada ao Congresso, o valor destinado ao pagamento do Auxílio Brasil, em torno de R\$ 105 bilhões, considera um repasse mensal de R\$ 405. Mas, tendo como base o repasse de R\$ 600 que vai ser praticado até o fim do ano, a conta tem um acréscimo que pode chegar a R\$ 50 bilhões.

Também há cortes de 59% na receita para o programa Farmácia Popular, 46,4% de redução em ações de controle do câncer e um 36,8% destinado ao Programa Nacional de Imunizações (PNI). "Os cortes são uma previsão, quer dizer que ainda pode ficar pior.

Porque os valores orçados e aprovados para serem gastos em 2022 estão sendo contingenciados. O governo está deixando de gastar com uma série de questões para liberar, R\$ 5,2 bilhões para o orçamento secreto", acrescentou Paulo César Feitosa.

Licença temporária para poder organizar as contas federais

No artigo assinado pelos pesquisadores Bráulio Borges e Manoel Pires, da FGV, eles sugerem que, em 2023, o presidente eleito adote o waiver fiscal - uma licença temporária das atuais regras fiscais para organizar o orçamento por um período para abrir uma discussão sobre regras de finanças públicas. "Tal diretriz decorre do acúmulo de problemas orçamentários e riscos fiscais que surgiram e que ampliam a incerteza fiscal.

Na medida em que crescem, mais necessário se torna o freio de arrumação", diz o texto.

Para o analista aposentado do Banco Central Paulo César Feitosa, o governo eleito também deve priorizar uma **reforma tributária** que, segundo o economista, é prometida desde o governo Fernando Henrique Cardoso. "Nunca foi feita porque ela mexe com interesses variados", alegou.

Cenário econômico pode piorar

Na avaliação dos economistas ouvidos pela reportagem, a ausência de uma transição harmônica, em caso de perda de Jair Bolsonaro à reeleição, pode agravar o cenário econômico e fiscal para 2023.

Dentre os impactos que podem ser observados, o analista Paulo César Feitosa cita a criação e a aprovação de projetos até o final do ano que vão gerar custos adicionais para o próximo exercício. Atualmente, um dos principais entraves em torno dessa questão é o pagamento do piso nacional da enfermagem.

Aprovada no Congresso e sancionada por Bolsonaro, a proposta reajusta salários de enfermeiros, técnicos e parteiros, mas tem um custo estimado de R\$ 22,5 bilhões, considerando-se as redes pública e privada.

O texto da lei não prevê fonte de custeio para o pagamento, o que levou à suspensão temporária do piso pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

"Poderia ser algo para tentar inviabilizar toda e qualquer possibilidade de um novo governo, criando gastos, armando bombas que seriam todas para explodir no ano que vem", destacou Feitosa.

Cortes podem aumentar a desigualdade

Gelton Pinto Coelho, conselheiro efetivo do Conselho Regional de Economia de Minas Gerais (Corecon-MG), observa que os cortes no orçamento podem manter o cenário de desigualdade social. Ele sugere revisão da proposta.

"Não se resolve extrema pobreza sem investimento público. Programas de transferência de renda precisam necessariamente gerar efeitos de transbordamento, como permanência nas escolas, melhora nas condições de saúde, acompanhamento social e redução de violências, sejam elas contra mulheres ou crianças", opinou.

SERVIDORES. O escopo orçamentário para 2023 também vai limitar reajuste a **servidores públicos** no próximo ano.

A reserva feita para corrigir os vencimentos do funcionalismo é de R\$ 14,2 bilhões.

O valor considera uma **inflação** de 4,8%, sendo que a projeção inicial do governo já indica um arrocho de 4,5%.

Site:

<https://digital.otempo.com.br/leitor/#!/jornais/1/edicoes/16931>

A seguridade social e os idosos (Artigo)

Quem são as pessoas idosas protegidas pelo universo da previdência, o único programa estatal de proteção social que existe no Brasil para esse contingente da população? Naturalmente, nesse artigo não cuidamos daqueles que atuam como **servidores públicos**, que dispõem de regime previdenciário próprio.

Eis os números da Previdência e Assistência Social brasileira, segundo dados oficiais de 2021, quanto aos que recebem por idade, portanto, aqueles que recebem o benefício porque completaram os anos necessários para terem direito à aposentadoria: no grupo urbano, são cerca de 4,8 milhões de pessoas e, no rural, estão compreendidos 6,7 milhões. Números que sempre aumentam, porque todos os dias são deferidos novos pedidos de aposentadoria por idade.

Assemelhados a esse grupo, aí no plano assistencial e não de previdência, mas compreendendo a população dos idosos, são 2,1 milhões que recebem o BPC, o Benefício de Prestação Continuada. Esses são os números da Previdência e Assistência Social brasileira.

O número, embora expressivo, não é significativo. Há quase 30 milhões de pessoas idosas no Brasil. O total de beneficiários que mencionamos aqui, entre previdência e assistência, não chega a 14 milhões, portanto, menos da metade do grupo protegido. A outra metade não tem nenhum tipo de proteção social dos regimes oficiais. É um alerta para o futuro. Como ficarão as pessoas idosas diante da proteção social no futuro? O programa atual é bastante restrito.

O dado ainda mais angustiante é relativo ao valor médio dos benefícios que a **Previdência Social** paga, que não envolve só o grupo das pessoas idosas, mas todos os beneficiários do **INSS**.

Quanto, em dinheiro, o **INSS** paga por mês? Os números são assustadores. Esses benefícios, segundo dados do mês de março de 2022, representam, em média, R\$ 1.629,23. Não, você não leu errado. É isso mesmo! A média é essa. O segurado pagou por muitos anos e recebe, em média 315 dólares por mês, ou seja, 10 dólares por dia. Os benefícios assistenciais só têm o valor do salário mínimo.

É evidente que os números da média dificilmente garantem as necessidades básicas como determina o artigo 6º da nossa Constituição Federal. A nossa Carta Magna diz qual é o conteúdo mínimo dos

direitos sociais: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, **previdência social**, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados.

Intuitivamente, sabemos que a média geral de R\$ 1.629,23 não garante esses mínimos. É necessário que as pessoas idosas tenham resguardados os benefícios sociais tendo em vista, sobretudo, o avanço da longevidade.

Eis a necessidade consensual, constatada em 2007, pelo grande celeiro de idéias essenciais em tema de previdência e assistência social que é a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) que já alertava para a dramática situação das pessoas idosas em breve futuro. Contudo, cada vez que houve uma reforma previdenciária - e já foram quatro desde a promulgação da Constituição, em 1988 -, não se debateu consensualmente sobre a fixação de idade mínima para a aposentadoria.

É só por meio do conhecimento, da educação financeira, previdenciária e atuarial que entenderemos a problemática e deixaremos de resistir a mudanças. Sem mudanças estruturais, não haverá futuro para a proteção. Cabe registrar o caminho subsidiário da **previdência complementar**, apto a garantir um padrão de vida para as pessoas que conseguirem, ao longo da sua trajetória profissional, acumular reservas a fim de, no futuro, desfrutarem de aposentadorias e pensões aptas a proporcionar mais adequada manutenção do padrão devida na fase pós-laborativa.

A cultura previdenciária, aos poucos, se forma e nos faz compreender que não é o Estado o único garantidor do nosso futuro. Em breve, o Estado só poderá prover as necessidades básicas e, quem quiser, há de buscar na **previdência complementar**, a poupança de longo prazo que lhe permita alcançar a idade avançada em condições dignas.

FOI DITO

RANKING DE INOVAÇÃO

Em relação aos investimentos em inovação, o Brasil piorou. Entretanto, é como se os agentes do ecossistema tivessem feito mais com menos e obtido melhores resultados, apesar da queda nos insumos/investimentos GIANNI SAGAZIO, diretora de inovação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), sobre o país subir seis posições (está em 53º)

PREÇO DO LEITE

Não somos inimigos do consumidor. Produtores e consumidores são os elos fracos desta cadeia. Quando o consumidor pagou lá R\$ 6, R\$ 7, R\$ 8, até acima de R\$ 10, foi um absurdo. Não entendíamos por que tanto, já que tínhamos dificuldade de receber mais de R\$ 3.

MARCOS TANG, o presidente da Associação dos Criadores de Gado Holandês do RS (Gadolando)

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/pio/?null#page/1>

Os eleitos





Bia Kicis (PL) 214.733 votos (13,32%)

Natural de Resende (RJ), tem 61 anos, é advogada e atuou como procuradora do Distrito Federal por 24 anos. Aposentou-se em 2016 como subprocuradora-geral do DF. Apoiadora ferrenha de Jair Bolsonaro (PL), elegeu-se como a terceira deputada federal mais votada do DF em 2018, na primeira eleição da qual participou, com 86.415 votos. Defende o conservadorismo, a pauta de costumes, o liberalismo econômico e o voto impresso. É autora do projeto Escola sem Partido. Bia Kicis é a favor de que pais e responsáveis decidam sobre a vacinação dos filhos contra a covid-19. Integra a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e a Comissão Especial de Prisão em Segunda Instância. Apoia o fim do foro privilegiado e a revisão da lei de execução penal para dificultar os "saidões" de presos. Declarou

R\$ 1,7 milhão em bens.

Fred Linhares (Republicanos) 165.358 votos (10,26%)

Apresentador de tevê e radialista, é brasileiro e tem 42 anos. Comandou o programa televisivo Cidade Alerta, da TV Record, até junho, quando se afastou para participar das eleições. É conhecido por dar destaque a conteúdos e ocorrências policiais, com foco em autoridades de segurança, e chegou a integrar a rádio Clube FM, do mesmo grupo do Correio. Foi candidato a deputado distrital em 2010, pelo PSC, obteve 3.275 votos e se elegeu suplente. Declarou, em 2022, R\$ 10 mil em bens à Justiça Eleitoral. É filho do radialista, jornalista e ex-deputado distrital Silvio Linhares, morto em 2011. Tem como principais bandeiras contribuir para o aperfeiçoamento do Código de Processo Penal, ampliar a legislação de proteção às mulheres, votar a **reforma tributária**, fortalecer programas e bolsas de auxílio a atletas, e dedicar esforços para o desenvolvimento do Entorno.

Erika Kokay (PT) 146.092 votos (9,06%)

A cearense de Fortaleza tem 65 anos, dos quais 45 são dedicados à militância política. Bancária, foi escolhida como deputada distrital em 2002 e 2006, e foi a primeira presidente mulher do Sindicato dos Bancários do DF, entre 1992 e 1998. Filiada ao PT desde 1989, foi presidente do diretório regional do partido no DF em 2017, cargo que ocupou por dois anos. Teve 89.986 votos em 2018, a segunda deputada federal mais votada da capital do país. Apenas no último mandato da Câmara, foi autora de 2.852 propostas legislativas, com duas faltas no plenário não justificadas. A parlamentar votou contra a reforma da previdência, as privatizações da Eletrobras e dos Correios, a proposta de voto impresso e o fundo eleitoral. Também foi contrária à autonomia do Banco Central. Entre as bandeiras defendidas, estão os direitos humanos, o meio ambiente, a cultura, a educação e as minorias sociais. Registrou no TSE R\$ 406 mil em bens.

Rafael Prudente (MDB) 121.307 votos (7,53%)

Brasiliense, é formado em administração e empresário. Tem 39 anos e participou das eleições, pela primeira vez, em 2014, quando foi eleito para a Câmara Legislativa do DF (CLDF). Foi reeleito deputado distrital em 2018 e, quando assumiu, foi escolhido pelos colegas para presidir a Casa, cargo que ocupa atualmente. Foi o deputado mais jovem e natural de Brasília a presidir a CLDF. É neto do ex-procurador do Ministério Público de Goiás (MPGO) Osmar Prudente, morto em agosto, e filho do ex-deputado distrital Leonardo Prudente, filmado em 2009 recebendo dinheiro de Durval Barbosa - à época,

presidente da Codeplan - e escondendo as notas na meia, em meio ao escândalo do Mensalão do DEM. Ficou conhecido por fazer "blitzes" nos hospitais públicos e em escolas. Declarou R\$ 2,7 milhões à Justiça Eleitoral.

Júlio César (Republicanos) 76.274 votos (4,73%)

Aos 47 anos, assume o segundo mandato na Câmara dos Deputados - em 2018, concorreu pelo PRB e conquistou uma vaga com 79.775 votos. Pastor da Igreja Universal do Reino de Deus, foi eleito deputado distrital em 2014. Entre 1998 e 2006, foi diretor executivo nas emissoras TV Itajaí, TV Cultura Florianópolis, Rede Mulher de Televisão e TV Itapoan (BA). Entre 2006 e 2010, atuou como empresário nas áreas de segurança e comunicação, até assumir, em 2011, como secretário-adjunto de Esporte do DF. Natural de São Bernardo do Campo (SP), é casado e formado em direito pela Universidade Ibirapuera (Unib), de São Paulo. No primeiro mandato na Câmara, foi autor de 718 propostas legislativas. É réu por corrupção passiva e investigado na Operação Drácon. Responde a acusações de envolvimento em esquema de pagamento de propina na CLDF. Neste ano, não declarou nenhum bem à Justiça Eleitoral; em 2018, registrou R\$ 345 mil; e, em 2014, R\$ 598 mil.

Professor Reginaldo Veras (PV) 54.557 votos (3,38%)

Cearense de Crateús, tem 49 anos e chegou ao DF com apenas três anos. Cresceu em Ceilândia, onde morou por mais de 30 anos, graduou-se em geografia (licenciatura) na Universidade de Brasília (UnB) e entrou na Secretaria de Educação do DF em 1992. Lecionou principalmente em escolas de Ceilândia e decidiu dar início à vida política em 2013, quando se filiou ao PDT. Foi eleito deputado distrital, pela primeira vez, em 2014 e reeleito em 2018. Em novembro de 2021, criticou a postura dos colegas de partido em relação à PEC dos Precatórios, que extinguiu o teto de gastos públicos para custear o Auxílio Brasil, programa social de Bolsonaro. Na votação, boa parte da bancada do PDT foi favorável ao texto. Declarou R\$ 594 mil em bens à Justiça Eleitoral em 2022. Filiou-se ao PV em março, declarando que a sigla "da sustentabilidade, democracia e pluralidade será, agora, também o partido da educação e da defesa dos direitos dos trabalhadores."

Fraga (PL) 28.825 votos (1,79%)

Coronel da reserva da Polícia Militar do Distrito Federal, tem 66 anos, é de Sergipe e veio para o DF em 1966. Formado em direito, administração e educação física, é mestre em segurança pública. Foi deputado federal pela primeira vez em 1999, quando

era suplente e assumiu uma das vagas da Câmara. De lá até 2011, manteve-se na função por três legislaturas consecutivas, passando por MDB, PFL (atual DEM). Em 2018, foi candidato a governador pelo DEM e, duas semanas antes daquelas eleições, foi condenado à prisão por cobrança de propina de R\$ 350 mil em favor de uma cooperativa de transporte coletivo, quando era secretário de Transportes do DF, no governo de Arruda (PL). Recorreu em liberdade e foi inocentado em 2ª instância em setembro de 2019. É aliado de primeira hora de Jair Bolsonaro. Declarou R\$ 4,8 milhões à Justiça Eleitoral.

Gilvan Máximo (Republicanos) 20.923 votos (1,30%)

Goiano de Rubiataba, tem 53 anos e foi secretário de Ciência e Tecnologia do governador reeleito Ibaneis Rocha (MDB) até abril deste ano, quando deixou o cargo para disputar as eleições. Ele foi o 21º secretário de Ibaneis anunciado, ainda em 2018. Chegou a ser secretário Extraordinário para o Entorno do DF no governo de Goiás, entre 2011 e 2014, na gestão de Marconi Perillo (PSDB). Em 2014, foi candidato a deputado federal por Goiás pelo PRB, mas não se elegeu. Nas eleições de 2018, apoiou a candidatura de Rogério Rosso (PSD) para o GDF. É casado com a joalheira Miranda Castro, que comanda uma grife de mesmo nome. Em julho deste ano, protagonizou uma discussão com Arruda (PL), durante a convenção do MDB que confirmou a candidatura de Ibaneis, e chegou a levar um tapa do ex-governador. Empresário, Gilvan declarou R\$ 490 mil ao TSE.

Candidatos devem explicar como conciliar promessas e política fiscal

Lu Aiko Otta, Edna Simão e Andréa Jubé

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187345?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187345?page=1§ion=1

Quinze governadores estão definidos

Marta Watanabe De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187345?page=1§ion=1

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Quinze governadores estão definidos

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187345?page=1§ion=1

Para empresários, Lula terá de sinalizar equipe de governo

Mônica Scaramuzzo De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187345?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187345?page=1§ion=1

Para cobrar de Cláudio Castro: veja as 60 promessas do governador reeleito

Por Rafael Galdo

Se a vitória nas urnas ontem dá a Cláudio Castro (PL) a chance de um mandato integral, de quatro anos, à frente do governo do Rio, também impõe a ele o desafio de concretizar as promessas que fez ao longo da campanha. Ex-vice-governador que ascendeu ao comando do estado após o afastamento e o impeachment de Wilson Witzel, em 2021, ele repetiu frequentemente ao longo da corrida eleitoral que, em pouco tempo como titular no Palácio Guanabara, havia alcançado resultados como a recuperação dos investimentos em infraestrutura. Agora reeleito, boa parte do que tem a concretizar se refere à conclusão de projetos apresentados em seu primeiro mandato, como a implantação do Metrô Leve na Baixada Fluminense.

A obra é uma das centenas na lista do Pacto RJ, que Castro começou a tocar no ano passado, quando entraram em caixa os recursos da concessão de serviços da Cedae. Do programa que se tornou uma de suas principais plataformas de campanha, também estão por tirar do papel, entre outras, a ampliação da Via Light, a retomada da construção de um hospital oncológico na Região Serrana e uma unidade do Rio Imagem em Nova Iguaçu.

Para ajudar a população a cobrar de Castro a execução das propostas, O GLOBO preparou uma relação com 60 dos compromissos assumidos por ele em atividades de campanha, entrevistas, debates e em seu plano de governo entregue à Justiça Eleitoral. No combate à criminalidade, por exemplo, ele afirmou que vai implantar mais 15 bases da Operação Segurança Presente. Na economia, traçou uma das metas mais difíceis: criar um milhão de postos de trabalho em quatro anos, num estado ainda em Regime de Recuperação Fiscal.

Compromissos assumidos pelo governador

SAÚDE

1. Construir mais 12 unidades de saúde estaduais, como os hospitais da Mulher e da Criança, em Belford Roxo, e o Hospital de Cardiologia, em Duque de Caxias. Na Baixada, o plano é que o conjunto de investimentos crie o Complexo de Saúde da região.

2. Consolidar o Rio Imagem da Baixada Fluminense e o Hospital Oncológico de Nova Friburgo, na Região Serrana.

3. Construir o Hospital Regional de Santo Antônio de Pádua, no Noroeste Fluminense.

Segundo turno: Isso é apenas uma prorrogação, diz Lula

4. Promover reformas em hospitais estaduais, especialmente o Azevedo Lima, em Niterói, o Getúlio Vargas, na capital, e o Roberto Chabo, na Região dos Lagos.

5. Criar dez centros regionais de acolhimento a crianças no Transtorno do Espectro Autista, com equipes multidisciplinares para o diagnóstico precoce.

Segundo turno: Bolsonaro diz que as mudanças que alguns querem vão ser para pior

6. Concluir no primeiro semestre de 2023 a ampliação do Hospital do Cérebro Paulo Niemeyer.

EDUCAÇÃO

7. Estabelecer em 2023 o piso nacional do magistério no estado.

8. Dar continuidade a projetos iniciados em seu mandato, a exemplo da construção e reforma de 150 colégios e a implementação das Escolas de Novas Tecnologias e Oportunidades (E-Tec), que preveem a modernização física e pedagógica de Cieps.

9. Ampliar o programa de ensino universitário estadual para cidades como Volta Redonda.

10. Investir no Programa Novo Ensino Médio.

ECONOMIA

11. Criar um milhão de postos de trabalho nos próximos quatro anos.

12. Transformar a Baixada Fluminense em corredor logístico, de modo a atrair empresas.

13. Diminuir **impostos** para o setor automobilístico,

para estimular a atração de mais indústrias do grupo para o estado.

14. Implantar uma Zona Especial de Negócios no Noroeste Fluminense.

15. Abrir linhas de crédito de R\$ 10 mil para trabalhadores do setor de reciclagem.

Lista: Deputados federais eleitos no Brasil

16. Ampliar as linhas especiais de crédito para comerciantes e microempreendedores, estimulando o comércio e a abertura de novos negócios.

17. Elevar a participação do Rio no mercado de petróleo e gás e estimular a cadeia produtiva do setor, por meio da ampliação de investimentos em infraestrutura.

18. Realizar melhorias que estimulem o Polo GasLub (antigo Comperj), em Itaboraí.

19. Cumprir as regras, inclusive as de controle de gastos, previstas pelo novo Regime de Recuperação Fiscal (RRF) com a União. Ao mesmo tempo, integrar as agendas de ajuste fiscal e desenvolvimento econômico, com espaço para investimentos públicos.

20. Rever a política de incentivos fiscais.

21. Elaborar um plano de **reforma tributária**, preparado de acordo com o Regime de Recuperação Fiscal.

MOBILIDADE

22. Implantar o Metrô Leve da Baixada Fluminense, com 23 quilômetros ligando a Pavuna, na Zona Oeste do Rio, a Nova Iguaçu.

23. Viabilizar em 2023 o novo modelo de concessão do sistema de barcas, em desenvolvimento pela UFRJ.

24. Concluir as obras de retomada do Teleférico do Complexo do Alemão, na Zona Norte do Rio.

25. Implantar um corredor expresso de ônibus, o Muvi, com 13,5 quilômetros, em São Gonçalo, promovendo a reurbanização das áreas no entorno.

26. Tirar do papel a Linha 3 do metrô, ligando Itaboraí, São Gonçalo e Niterói.

27. Destruir o imbróglio jurídico para conclusão da estação Gávea da Linha 4 do metrô.

INFRAESTRUTURA

28. Ampliar o PactoRJ, com destinação de mais de R\$ 2 bilhões e foco em obras de infraestrutura para o interior. O programa é o maior pacote de investimentos do primeiro mandato, em grande parte financiado por verba oriunda da concessão da Cedae.

29. Fiscalizar e fazer cumprir a programação de investimentos obrigatórios, inclusive referentes à despoluição da Baía de Guanabara, previstos na concessão à iniciativa privada dos serviços de saneamento, antes nas mãos da Cedae.

Balanco das redes: Filas, apoio a Lula e fake news: os 4 temas mais buscados por eleitores

30. Concluir o Sistema Novo Guandu, para melhorar o abastecimento de água, sobretudo, na Baixada, como parte do processo de universalização da distribuição de água e do saneamento básico.

31. Ampliar a Via Light, estendendo-a até a Avenida Brasil.

32. Concluir a TransBaixada, rodovia de 12 quilômetros da Via Dutra até a Rodovia Washington Luiz.

33. Investir na melhoria de estradas, com atenção também aos acessos aos portos, considerados indutores do desenvolvimento.

Eleições 2022: Colunistas do GLOBO comentam apuração dos votos pelo Brasil

34. Estimular a implantação da EF-118 (Ferrovia Rio-Vitória), da Zona de Processamento de Exportação do Porto do Açu, do Aeroporto Indústria no Galeão e de Centros Logísticos.

35. Investir R\$ 6,5 bilhões na construção de dez mil unidades residenciais por ano, por meio do programa Casa da Gente.

36. Construir 120 unidades habitacionais para o reassentamento de famílias da comunidade Lazareto, em Nova Friburgo, e reformar 19 casas na Comunidade Quilombola de Preto Forro, em Cabo Frio.

37. Entregar até o fim de maio de 2023 as obras da Ponte da Integração, entre São João da Barra e São Francisco do Itabapoana, municípios vizinhos hoje sem conexão por estrada.

38. Valorizar o Complexo Econômico e Industrial da Saúde (CEIS).

SEGURANÇA PÚBLICA

39. Valorizar policiais e intensificar o uso da inteligência no combate ao tráfico e à milícia.
40. Implantar 15 novas bases da Operação Segurança Presente.
41. Ampliar o programa Cidade Integrada, com melhorias no policiamento e ações sociais e culturais em comunidades.
42. Construir um novo complexo de treinamento da Polícia Militar.
43. Aumentar a segurança do Arco Metropolitano, com a troca completa da iluminação e o monitoramento da via no Centro Integrado de Comando e Controle da Baixada.
44. Instaurar o Observatório do Femicídio.
45. Ampliar para 41 as bases do Bairro Presente e expandir a abordagem de proximidade para municípios de regiões turísticas e litorâneas.
46. Construir um novo batalhão da PM em Nova Iguaçu.
47. Promover ações do Batalhão de Policiamento Ambiental da PM no combate a construções irregulares.

Em Brasília: Senadores eleitos no país; veja lista

48. Construir cinco novas unidades prisionais de média complexidade fabril, onde os presos possam trabalhar.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

49. Promover o atendimento especializado às mulheres, ampliando os Centros Integrados de Atendimento à Mulher (CIAMs) e os Centros Especializados de Atendimento à Mulher (CEAMs).
50. Criar a Casa de Defesa Pró-Vida, para apoio direto às mães adolescentes, desde a gestação até o parto.
51. Expandir os Centros de Referência da Juventude, com mais oito unidades em quatro anos.
52. Ampliar o programas RJ Alimenta e, em dois anos, abrir 26 novos Restaurantes do Povo.

MEIO AMBIENTE

53. Com o projeto Bolsa Verde, estimular a negociação de ativos sustentáveis, tornando o estado um hub mundial.

54. No programa Floresta do Amanhã, realizar o plantio de 2,5 milhões de mudas de espécies endêmicas em 29 unidades de conservação.

55. Transformar o Rio num polo gerador de energia e referência na transição energética do país, em busca de uma matriz mais limpa e diversificada.

CULTURA

56. Manter e aumentar o aporte financeiro do governo do estado para o carnaval da Sapucaí (em 2022 foram R\$ 18 milhões repassados por meio da Lei de Incentivo à Cultura), bem como ajudar a ampliar a Cidade do Samba.

57. Investir no fundo estadual criado exclusivamente para atender às necessidades dos blocos e das ligas de carnaval durante todo o ano.

58. Retomar os grandes eventos esportivos, a partir do lançamento do Museu do Esporte do Rio.

59. Divulgar e ampliar o Calendário Cultural RJ durante o ano inteiro, permitindo a interiorização do turismo, por meio da ampliação do Programa Turismo Presente.

60. Aprimorar a Lei de Incentivo Cultural para aumentar a oferta de produção de eventos. A proposta é criar mecanismos na lei que possibilitem ao pequeno incentivador destinar parte da sua contribuição a produtores locais, sem prejuízo ao incentivo que as empresas destinam aos grandes projetos.

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2022/10/para-cobrar-de-claudio-castro-veja-as-60-promessas-do-governador-reeleito.ghtml>

Em discurso após 1º turno, Bolsonaro mira STF e critica institutos de pesquisa

Eleições 2022

/
Plínio Aguiar e Jéssica Moura, do R7, em Brasília

No primeiro discurso após a totalização dos votos que o confirmaram no segundo turno, o presidente da República Jair Bolsonaro (PL) afirmou na noite deste domingo (2) que, se for reeleito, deve nomear mais dois ministros para o Supremo Tribunal Federal (STF).

"Eu chegando ano que vem tenho mais duas vagas. Com quatro no Supremo, você começa a fazer valer lá dentro suas propostas. Sei que o Supremo não é órgão político", disse o chefe do Executivo federal.

VEJA COBERTURA COMPLETA DAS ELEIÇÕES 2022 NA PÁGINA ESPECIAL DO R7

Bolsonaro obteve 43,21% dos votos no primeiro turno da eleição. Diante do resultado, o presidente criticou os institutos de pesquisa que apontavam que ele teria uma votação inferior à de fato obtida. "As pesquisas estão desmoralizadas", disse.

Bolsonaro chegou às 8h45 para votar na Escola Municipal Rosa da Fonseca, no Rio de Janeiro, sua seção eleitoral. "Com eleições limpas, que vença o melhor [candidato] sem problema nenhum", afirmou. O presidente retornou a Brasília por volta de 12h e, desde então, não deixou o Palácio da Alvorada, de onde acompanhou a apuração dos votos juntamente com familiares e políticos aliados.

O partido de Bolsonaro, o PL, obteve uma votação expressiva para o Legislativo e ampliou as bancadas no Congresso Nacional. Com isso, o presidente afirmou que a legenda deve angariar cadeiras na Mesa Diretora das casas. "Ajudarão muito a gente a aprovar projetos, [como] a **reforma tributária**", ponderou. "Isso dá uma tranquilidade para a gente."

Nesta segunda etapa da campanha eleitoral, o presidente afirmou que pretende buscar o apoio de governadores aliados que já foram eleitos no primeiro turno, entre eles Cláudio Castro (PL-RJ) e Romeu Zema (Novo-MG). "Fica muito melhor para trabalhar sem disputar eleição".

Bolsonaro explicou que, na propaganda política, vai buscar convencer o eleitorado que votou majoritariamente no ex-presidente Lula de que ele seria uma opção melhor. "As mudanças que porventura alguns querem podem ser pior".

Para tanto, a ideia é reforçar ações do governo como a distribuição de vacinas para a Covid-19, o pagamento do Auxílio Emergencial e a redução do preço dos combustíveis. "Temos dados positivos e acredito que o tempo vai ser bastante elástico para a gente explicar bem para a população", disse o presidente. "A gente vai conseguir votos suficientes para ganhar as eleições".

Perguntado sobre se confia no resultado do pleito apurado pelas urnas eletrônicas, Bolsonaro foi cauteloso. "Vou aguardar o parecer das Forças Armadas que estiveram presentes hoje na sala-cofre. Sempre existe a possibilidade de algo anormal acontecer com o sistema totalmente informatizado".

Bolsonaro afirmou ainda que seguirá a estratégia adotada na primeira fase da eleição e vai mostrar diversos programas do governo na busca de votos.

"Eu entendo que tem muito voto que foi pela condição do povo brasileiro, que sentiu o aumento dos produtos e, em especial, da cesta básica", disse. "Entendo que há uma vontade de mudar por parte da população, mas tem certas mudanças que podem vir para o pior", continuou.

Bolsonaro informou que está aberto ao diálogo com candidatos ao Palácio do Planalto que não foram ao segundo turno, como Simone Tebet (MDB) e Ciro Gomes (PDT). "Acho que os eleitores deles são muito mais simpáticos a mim."

Site: <http://noticias.r7.com/eleicoes-2022/em-discurso-apos-1-turno-bolsonaro-mira-stf-e-critica-institutos-de-pesquisa-03102022>

Deputado mais votado em SP, Boulos defende taxar lanchas; como funciona?

Colaboração para o UOL

Guilherme Boulos (PSOL) é o candidato a deputado federal mais votado em São Paulo, pouco mais de 1 milhão de votos. Ele ficou à frente de Carla Zambelli (946.244 votos) e Eduardo Bolsonaro (741.701), que ocupam o segundo e o terceiro lugar entre os mais votados no estado para a Câmara Federal. Na eleição de 2018, o filho do presidente Jair Bolsonaro havia liderado a lista.

A defesa da cobrança do IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) para transportes como lanchas, jatos de luxo e helicópteros já era feita por Boulos desde 2018, quando ele concorreu à Presidência da República. Agora, mais uma vez, ele levanta essa bandeira.

Quem tem jatinho e helicóptero não paga imposto, mas quem tem carro paga IPVA. Vamos acabar com essa esculhambação de quem tem mais pagar menos. Não dá pro povo trabalhador pagar a conta pros mais ricos. Nós vamos fazer uma reforma tributária progressiva, dizia uma publicação na página do Facebook do então candidato do PSOL.

Em janeiro deste ano, outra publicação no Twitter de Boulos voltou a citar a ausência de cobrança do imposto para os transportes que costumam ser usados pelos mais ricos. Carros e motos têm aumento médio de 30% no valor do IPVA. Helicópteros e jatos de luxo seguem sem pagar o imposto, afirma o post na rede social.

O IPVA é cobrado anualmente pelos estados para quem tem carros, motocicletas, caminhonetes, cabine simples, micro-ônibus, ônibus, maquinário pesado e caminhões. Cada estado define a sua alíquota e, em São Paulo, é de 4% para carros de passeio. A crise gerada pela pandemia deixou a alíquota do tributo mais alta para os brasileiros em 2022, com aumentos de 20%, 30% ou acima disso.

De acordo com a Secretaria da Fazenda de São Paulo, com a arrecadação do IPVA, uma parcela de 20% é destinada ao Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação).

O remanescente do valor é repartido 50% para o

Estado e a outra metade para o município de registro do veículo. A parcela que vai para o Estado integra o orçamento anual e, assim, pode ser destinada a diversas áreas como a saúde, a educação, a segurança pública e a infraestrutura.

O candidato ao governo de São Paulo Fernando Haddad (PT), que disputará o segundo turno com o ex-ministro da Infraestrutura Tarcísio de Freitas (Republicanos), inclusive chegou a prometer o congelamento do imposto pelos próximos quatro anos, se eleito.

Especialistas consultados pelo UOL avaliaram que a ideia de cobrar um imposto sobre a propriedade de aviões executivos e embarcações seria considerada interessante do ponto de vista fiscal.

Com base no princípio da capacidade contributiva, os contribuintes com mais condições financeiras também podem pagar mais impostos e a ampliação do IPVA seria uma maneira de combater a desigualdade tributária.

Ao levar em conta que as formas de cobrança e os tipos de aeronaves e embarcações podem variar, os impactos também iriam divergir. Já que o tributo passaria a incidir sobre a posse de bens de luxo e de alto valor, as consequências negativas seriam minimizadas.

Além do mais, conforme os analistas, o mercado sentiria pouco uma alíquota cobrada sobre o valor venal de cada veículo. Já que não haveria uma oneração excessiva da cadeia produtiva, os impactos negativos sobre os negócios também seriam reduzidos.

Segundo cálculos feitos em 2018 pelo Sindifisco Nacional (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil) para o UOL, o país poderia arrecadar cerca de R\$ 4,7 bilhões por ano a mais com a ampliação da cobrança do IPVA.

O cálculo foi baseado em uma alíquota única de 4% do valor venal dos veículos, sem barcos ou aviões comerciais. Foram listados 1.682 helicópteros, 641 aviões a jato e 827 turboélices, além de cerca de 168 mil embarcações de esporte e lazer.

Rejeição da cobrança pelo STF

Um entendimento do STF (Supremo Tribunal Federal) de 2007 chegou a recusar a cobrança do IPVA sobre aviões e embarcações. A decisão julgou a cobrança incabível, porque o IPVA sucedeu a antiga Taxa Rodoviária Única, que excluiu a posse de embarcações e aeronaves.

Anteriormente, essa taxa era destinada ao antigo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e era utilizada basicamente para manutenção das estradas. Como um jato ou iate não usam vias que precisam de manutenção nos mesmos moldes das estradas, esse tipo de transporte foi excluído da cobrança. No entanto, hoje a arrecadação do IPVA é dividida entre o estado e o município e a destinação é direcionada para diferentes áreas além da infraestrutura.

Levando em conta o entendimento do STF , a solução pode estar na criação de um novo tributo, nos moldes do IPVA, direcionado somente a aeronaves da aviação executiva e ainda a grandes embarcações não-comerciais.

A saída seria criar um imposto próprio para essas propriedades que, de fato, não são tributadas. Poderia prever uma isenção das embarcações de pequeno porte para pesca, por exemplo, mas essas grandes embarcações devem ser tributadas , declarou Tathiane Piscitelli, da FGV.

Site:

<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/03/deputado-mais-votado-em-sp-boulos-defende-taxar-lanchas-como-funciona.htm>

Mais 4 semanas (Editorial)

Como se observou nas cinco eleições presidenciais anteriores deste século, a escolha do mandatário maior do país se dará em segundo turno -dentro de quatro semanas.

Jair Bolsonaro (PL) surpreendeu ao conquistar perto de 43% dos votos válidos, acima do que indicavam as pesquisas de intenção. Parece evidente que o momento de melhora econômica, com queda da **inflação** e do desemprego, favoreceu o presidente e seus aliados.

Luiz Inácio Lula da Silva (PT) amealhou 48% das preferências e aparecia, antes da abertura das urnas, como líder nas simulações de um confronto com o adversário. Não funcionou, contudo, a tentativa petista de apressar o desfecho da contenda com a atração do voto útil antibolsonarista.

Numa campanha de paupérrimo debate programático até aqui, o segundo turno cria a oportunidade para que os finalistas apresentem propostas mais palpáveis para e estabeleçam alianças mais amplas, na melhor hipótese baseadas em compromissos de gestão.

Lula, embora tenha governado o país por oito anos, de 2003 a 2010, permanece uma incógnita quanto a seus planos no vital campo da economia. Sua indicação mais importante foi a composição da chapa com o ex-tucano Geraldo Alckmin, hoje no PSB, na vice. Pouco fez além disso, porém.

Seu partido ainda se deixa encantar por teses estatistas e intervencionistas que levaram à ruína orçamentária e a uma profunda recessão sob Dilma Rousseff. O ex-presidente erra ao dar espaço a tais maquinações, que se chocam com suas próprias experiências bem-sucedidas no Planalto, e pode ser forçado a corrigir o erro agora.

Calcula-se que Lula buscará entendimento com Simone Tebet, presidenciável do MDB. Fará bem se indicar se pretende rumar ao centro, inclusive com a indicação de quem dará as cartas na economia, ou se ficará à esquerda.

Já Bolsonaro protagonizou o abuso mais descarado da máquina pública em ano eleitoral já visto desde a redemocratização do país, com a distribuição de benefícios sociais sem sustentação fiscal e intervenção nos **impostos** sobre combustíveis. Seu governo não foi capaz de apresentar um Orçamento para 2023 que mantenha tais medidas.

Nas próximas semanas, deveria também mostrar compromissos mais convincentes com as instituições democráticas. Terá a chance de ganhar mais votos se abandonar a pregação golpista.

De lamentar neste domingo foram as longas filas nas seções, consequência de exigências mal concebidas do Tribunal Superior Eleitoral sob o ministro Alexandre de Moraes. De mais positivo, a ausência da violência que se temia. Que a campanha continue em paz.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50053>

Juro real sobe em meio a luta contra projeções de inflação



Fachada do Banco Central em Brasília; autarquia elevou juros a 13,75% ao ano Pedro Ladeira/AFP

Eduardo Cucolo são paulo

A queda da **inflação** nos últimos meses pode ser explicada por uma combinação de redução de **tributos**, queda de preços de Commodities em reais e efeito da política monetária.

Para que esse processo se mantenha nos próximos meses, no entanto, será necessário acrescentar nessa equação uma solução para o problema fiscal desenhado para 2023, que afeta as expectativas de **inflação** e, desse modo, o juro real.

A taxa real de juros pode ser medida pela diferença entre as expectativas para os juros e para a **inflação** nos próximos 12 meses. Atualmente, está em 8,2% ao ano, segundo cálculo da MCM Consultores, que considera a média no atual trimestre. É o maior valor em uma lista tem 40 países, segundo o ranking da gestora Infinity Asset Management.

Esse é o maior nível em sete anos, desde os quase 10% alcançados no início do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff (PT).

Mesmo com a taxa básica de juros mantida em 13,75% ao ano por um longo período, como indicou o Copom (Comitê de Política Monetária do Banco Central) na sua última reunião, o aperto monetário deve crescer nos próximos meses, levando o juro real a aumentar ainda mais.

A economista do Itaú Unibanco Julia Gottlieb afirma que a queda recente da **inflação** é uma combinação entre redução de **impostos**, preço de commodities e efeitos de política monetária. O indicador diário de

atividade da instituição (Idat), por exemplo, mostra desaceleração em setores mais ligados a crédito, como móveis, eletrodomésticos e veículos, há algum tempo, reflexo da alta dos juros.

"Se a gente olhar o juro real, só passou acima do patamar neutro no último trimestre do ano passado, ficou mais contracionista ao longo deste ano, e o efeito maior disso tende ainda a aparecer ao longo do segundo semestre e de 2023" afirma.

Ela diz que a intensidade e o início do ciclo de corte de juros ficarão condicionados à sinalização de como vai ser o arcabouço fiscal, e como vai evoluir a atividade econômica e os impactos disso sobre a **inflação**.

O economista Silvio Campos Neto, sócio da Tendências Consultoria, afirma que grande parte da queda recente da **inflação** está ligada a preços de commodities e corte de **tributos**, mas que, sem a atuação do BC, a economia estaria ainda mais aquecida, e a **inflação** mais pressionada.

Segundo o economista, a **inflação** foi impulsionada pelos choques de oferta provocados pela pandemia e pela Guerra da Ucrânia, mas tem também um componente de demanda. E o BC deve agir para evitar que esses choques sejam repassados para toda a economia.

"O BC se antecipou neste ajuste e agora está terminando, enquanto outros bancos centrais ainda estão talvez na metade do processo. Mesmo com a Selic parada agora, fatalmente vai ter uma taxa de juros real crescente nos próximos meses."

José Júlio Senna, ex-diretor do BC e chefe do Centro de Estudos Monetários do FGV Ibre, afirma que o Brasil está vivendo um momento de convergência de vários fatores que estão ajudando a trazer a **inflação** e as expectativas para baixo. Entre eles, a atuação do BC.

Mas ele diz que esse cenário de melhora pode ser revertido caso o próximo governo decida primeiro pedir uma licença para gastar (o chamado "waiver fiscal") e deixe para depois a definição de uma nova regra para os gastos públicos.

"As duas coisas têm de vir juntas. Se você só aprovar

a licença para gastar, se colocar o carro na frente dos bois, as expectativas de inflação para o ano que vem não vão melhorar", afirma.

"Não dá para deixar o combate à inflação inteiramente nos ombros do Banco Central. O lado fiscal e institucional precisa ser conduzido adequadamente para dar suporte à política monetária. E, até agora, esse lado fiscal e institucional não tem ajudado muito. Pelo contrário, tem prejudicado a condução da política monetária."

Elisa Machado, economista-chefe da ARX Investimentos, afirma que é importante o BC manter o discurso de que continuará comprometido com o combate da inflação. "O Banco Central ainda tem uma batalha para ganhar, que é a batalha das expectativas de inflação. As expectativas para 2022 reagiram muito a essas mudanças tributárias, mas elas ainda estão acima da trajetória de metas para 2023 e 2024."

Na ata da última reunião do Copom, o BC afirmou que a redução recente da inflação foi fortemente influenciada pelo corte de impostos e, em menor medida, pela queda dos preços internacionais de combustíveis.

Já os componentes mais sensíveis ao ciclo econômico e à política monetária, que apresentam maior inércia inflacionária, mantêm-se acima do intervalo compatível com a meta para a inflação.

O BC também diz que o repasse da taxa Selic para as taxas finais de diferentes modalidades de crédito tem ocorrido conforme o esperado e que grande parte do impacto da política monetária ainda está por ser observada, tanto na atividade econômica quanto na inflação. Citou ainda como riscos a incerteza sobre o futuro do arcabouço fiscal do país e estímulos adicionais que impliquem sustentação da demanda.

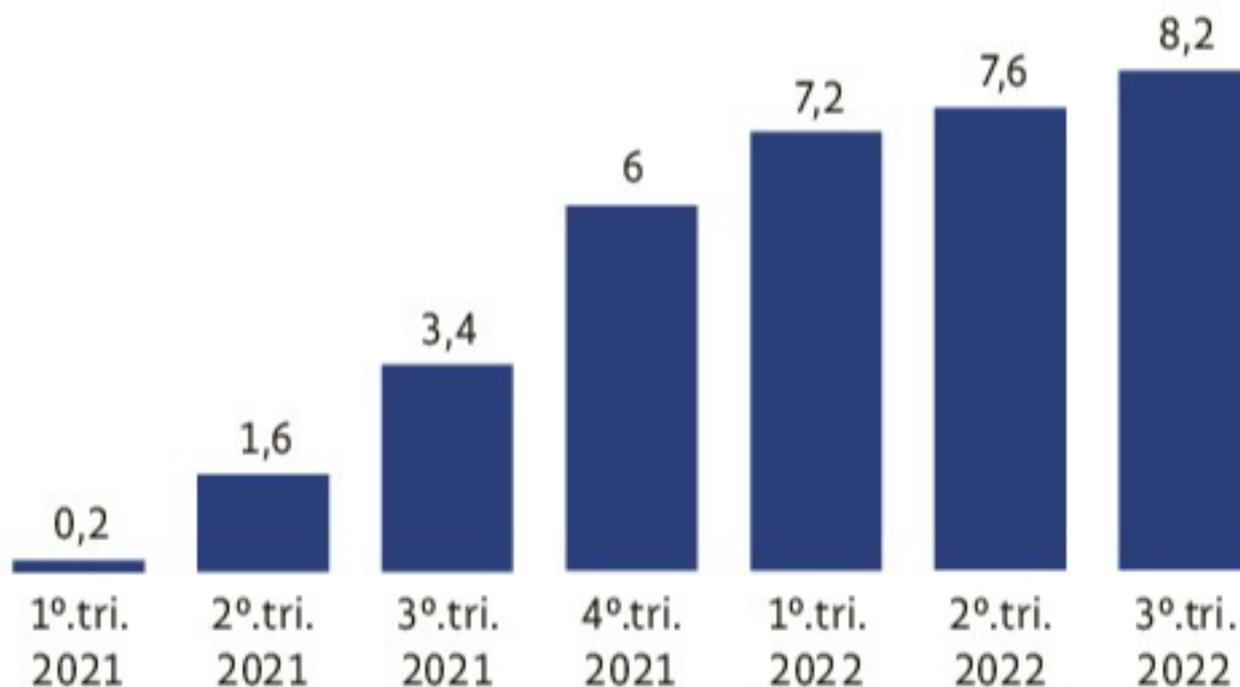
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

53

Evolução da taxa real de juros desde o ano passado*

Em % ao ano



* A taxa real é o juro nominal prefixado de um ano deflacionado pelas expectativas de inflação do Focus para 12 meses à frente

Fonte: MCM Consultores

Conta em dólar reduz custo de compras em sites e viagens; entenda

Clayton Castelani são paulo

Um em cada dez brasileiros com renda familiar acima de dez salários mínimos já tem uma conta com saldo em moeda estrangeira, serviço que vem atraindo consumidores interessados em realizar viagens internacionais e compras no exterior e que pode ganhar mais fôlego com a reativação do turismo após a queda das restrições impostas pela pandemia de Covid-19.

As vantagens mais evidentes das chamadas contas em dólar em relação ao meio de pagamento mais usual, o cartão de crédito internacional, são a alíquota de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) mais barata e, no caso dos viajantes, a possibilidade de trocar o câmbio do turismo pelo comercial, que custa menos.

Despesas realizadas no exterior, seja em viagens ou compras em sites estrangeiros, têm incidência de 6,38% de IOF. Mas, se o consumidor transfere o dinheiro para uma conta em um banco lá fora, esse custo cai para 1,1%.

É uma mera regra tributária, e não há novidade nisso. Clientes com acesso ao *priva-te banking*, serviço bancário destinado aos muito ricos, desfrutam desse privilégio há bastante tempo.

Nos últimos anos, porém, novas empresas de tecnologia financeira tornaram mais acessível o serviço. A oferta surgiu a reboque do aquecimento da demanda por meios de pagamento mais baratos para compras nos sites estrangeiros de comércio eletrônico.

Entre os pioneiros no Brasil, o banco C6 Bank passou a ofertar a sua conta em dólar em dezembro de 2019. Um ano depois, começou a oferecer o serviço em euro.

A intenção era justamente tirar dos grandes bancos clientes de média e de alta renda insatisfeitos com o custo de operações no exterior, segundo Maxnaun Gutierrez, chefe de produtos voltados à pessoa física do C6 Bank.

"Identificamos, através de pesquisas, que era uma dor do cliente", comenta Gutierrez. "Aquele que viaja ou mantém um filho que estuda no exterior, e também

com a entrada de sites estrangeiros, como Shopee e Alibaba", comentou.

Encomendada pelo C6 Bank ao Ipec, a pesquisa citada no começo do texto mostra que 12% da população das classes A e B já conta com o serviço. Se considerada só a classe A, cuja renda familiar passa de 20 salários mínimos pelo critério do IBGE, a aceitação do produto sobe para 20%.

Essa pesquisa também mostrou que 35% das pessoas com conta em moeda estrangeira buscaram o serviço para economizar com viagens e 27% para realizar compras. Outros 26% desejavam transferir dinheiro para fora do país.

Gutierrez diz que o crescimento das contas em moedas estrangeiras está só no começo. O espaço para avançar, afirma, é do tamanho da parcela dessa população que ainda não tem conta em dólar ou em euro.

"Você ainda tem praticamente 90% [das classes A e B] que desconhecem o produto", diz. "O custo para esse público, mesmo que viaje ao exterior a cada três anos, é muito alto."

Escapatória para não pagar o IOF mais caro em uma viagem, a compra da moeda aqui no Brasil tem taxa de 1,1%. A regra é a mesma da conta em dólar, explica o advogado tributarista Diogo Olm Ferreira, do escritório VBSO.

O custo é menor porque, nesse caso, o dinheiro mais barato é para o uso no exterior, em vez da importação de mercadorias. "Faz sentido do ponto de vista da lógica da **legislação tributária**", diz Ferreira.

Mas viajar com quantia elevada em dinheiro vivo é arriscado, obviamente, e eventualmente mais burocrático. Ao sair do Brasil com mais de R\$ 10 mil, cada viajante é obrigado a preencher a e-DBV (Declaração Eletrônica de Bens de Viajantes) e apresentá-la à fiscalização **aduaneira**.

Além disso, há o custo do dólar turismo, também aplicado para os cartões pré-pagos oferecidos por casas de câmbio. Esse tipo de cartão ainda tem a desvantagem do IOF de 6,38%.

Tomando por base as cotações da consultoria mercantil CMA na sexta-feira (23), o dólar comercial fechou em R\$ 5,248. O turismo, em R\$ 5,430. O custo da moeda para viajante sobe 3,4%, nessa comparação, embora a diferença possa variar conforme o preço encontrado em cada casa de câmbio.

A facilidade para abrir uma conta em dólar também é um atrativo. Aloisio Matos, diretor de serviços internacionais do Inter, afirma que a conta em moeda estrangeira é integrada ao aplicativo do banco digital.

No caso do Inter, é necessário um documento original com foto que esteja dentro do período de validade, podendo ser RG, CNH ou RNE (registro de estrangeiros). Basta fotografar os documentos. O processo em outras instituições do ramo é semelhante.

Taxas mais baratas do que as oferecidas por bancos convencionais também foram descritas como vantagens por C6 Bank, Inter e Wise, as três instituições que responderam a uma consulta feita pela Folha. Mas esse é um ponto um pouco mais difícil de verificar.

Bancos costumam diluir taxas e custos em diferentes tipos de cobrança. Uma empresa que, por exemplo, não cobra taxa para abrir a conta pode, entretanto, embutir esse custo na emissão do cartão. Na verificação feita pela reportagem nos sites das empresas citadas esse tipo de variação também apareceu.

"O câmbio existe para tornar economistas humildes", diz Fernanda Mello, planejadora financeira pela Planejar (Associação Brasileira de Planejamento Financeiro), repetindo uma piada conhecida no meio financeiro. "É a variável mais imprevisível da economia", diz.

Como é praticamente impossível acertar o ponto ideal de queda do dólar ou do euro para conseguir a menor cotação, a solução para quem pretende viajar a curto prazo é aproveitar momentos pontuais de queda para comprar moeda estrangeira, segundo a especialista.

Compras regulares de moeda estrangeira permitem a construção de um preço médio para o câmbio.

É mais fácil explicar isso com um exemplo: alguém que, desde o início do ano, transfere quantidades iguais para uma conta no exterior no primeiro dia útil de cada mês fez uma taxa média de câmbio de R\$ 5,06 por dólar. Se tivesse feito uma única transferência na sexta (23), a taxa seria de R\$ 5,25 por dólar.

Mello afirma que as contas internacionais realmente são a melhor alternativa para esse uso. "Existe a praticidade de transitar apenas com um cartão, ou até mesmo o cartão virtual no celular, sem que o viajante precise carregar o papel-moeda para ter um custo mais baixo", diz.

Para quem planeja uma viagem para um horizonte maior de tempo, a planejadora sugere que o interessado considere investir em fundos cambiais. "É uma opção interessante porque permite manter o poder de compra em moeda estrangeira, seja dólar ou euro."

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50053>

Quanto custa para o brasileiro usar uma conta em moeda estrangeira

Informações fornecidas ou consultadas nos sites dos bancos em 23.set.2022

	C6 Bank	Inter	Wise
Abertura da conta	US\$ 30	Gratuito	Gratuito
Emissão do cartão	Gratuito	Não informou	US\$ 9
IOF (real p/dólar)	1,10%	1,10%	1,10%
IOF (dólar p/real)	0,38	0,38	0,38
Custo do saque*	US\$ 5	Não informou	2% acima de US\$ 100/mês + US\$ 1,50 para mais de 3 saques mensais
Taxa do banco (spread)	2% (dólar) e 2,5% (euro)	0,99%	0,47%

*As empresas oferecem saques gratuitos nas redes conveniadas Fontes: C6, Inter e Wise

Após terceiro trimestre volátil, o que esperar da Bolsa no Brasil?

ISABEL FILGUEIRAS

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo/20221003>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo/20221003>

Responsabilidade fiscal e sobrevivência política - SERGIO LAMUCCI

SERGIO LAMUCCI

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187345?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187345?page=1§ion=1

Falta de verba e demanda reprimida são desafios para saúde em 2023

Marcos de Moura e Souza De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187345?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187345?page=1§ion=1

Horizonte nebuloso



Rosana Hessel

A disputa no segundo turno das eleições presidenciais entre o presidente Jair Bolsonaro (PL) e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) promete ser bastante acirrada. E, nesse embate, a economia estará no centro dos debates, apesar de as propostas dos dois candidatos ainda serem muito superficiais, de acordo com analistas. Eles lembram que, assim como o resto do mundo, o Brasil caminha para um processo de desaceleração e, portanto, quem vencer em 30 de outubro precisará ter bom plano econômico para tirar o país da rota de uma nova recessão, sem esquecer o combate aos flagelos tradicionais do país, como fome, desigualdade e destruição do meio ambiente - que pode prejudicar as exportações do agronegócio.

Apesar das recentes revisões para cima nas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**), a maioria dos parâmetros econômicos, como **inflação**, juros, renda do trabalhador e dívida pública bruta, está pior do que os herdados pelo atual governo.

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por exemplo, está em patamares mais elevados do que em 2018 e em 2019 e deverá encerrar este ano e o próximo acima dos tetos das metas, de 5% e de 4,75%, respectivamente.

A renda média do trabalhador, que deu um salto em 2020 por conta do auxílio emergencial, foi de R\$ 2.713 no trimestre encerrado em agosto, nível menor do que

o de 2018.

Até mesmo a dívida pública bruta, que vem registrando queda neste ano e chegou a 77,5% do **PIB** em agosto, segundo o Banco Central, ainda é maior do que em de 2018 (75,3%) e 2019 (74,4%). E a tendência é de aumento no ano que vem, devido aos juros elevados e à ampliação dos gastos do governo, que precisam ser cobertos com emissão de títulos públicos.

Pelas estimativas de Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, a dívida pública bruta poderá chegar perto de 85% do **PIB** em dezembro de 2023.

Ele prevê ainda que a taxa de desemprego, apesar de ter caído para 8,9% no trimestre encerrado em agosto, conforme dados do IBGE, deve ficar em torno de 10% neste ano e no próximo. "O índice pode ser menor, mas o risco do ano que vem é do cenário de desaceleração", afirma.

De acordo com analistas, a pandemia e a guerra na Ucrânia contribuíram bastante para a piora dos indicadores. E a surpresa do **PIB** do primeiro semestre está bastante relacionada às medidas de estímulo adotadas pelo governo. A retomada do setor de serviços - o mais afetado pela pandemia e que mais pesa na economia - também ajudou.

Mas o freio de mão da política monetária está puxado e os impactos defasados do ciclo de alta da taxa básica da economia (Selic), atualmente em 13,75% ao ano, terão reflexos na atividade neste segundo semestre.

Especialistas põem em dúvida as previsões do ministro da Economia, Paulo Guedes, que aposta em crescimento de 3% no ano que vem. Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) não descarta queda de 0,4% no **PIB** em 2023. "O maior desafio do próximo governo será manter o ritmo de crescimento elevado e sustentável, sem desequilíbrio fiscal e com inclusão social.

E sem aumentar a carga tributária, que já é muito elevada", diz.

Sergio Vale, da MB, recomenda cautela em relação aos números positivos recentes, que não considera sustentáveis. "Os resultados da economia neste ano são de curto prazo. Quando pagamos os quatro anos

de governo, os indicadores ainda são muito ruins e estão piores do que no governo Michel **Temer**", ressalta Vale, que prevê alta de 0,5% no **PIB** em 2023. Ele alerta para o fato de que o cenário tende a piorar diante da desaceleração global e das dificuldades de governabilidade que serão enfrentadas por qualquer um que sair vencedor nas urnas no segundo turno. "Estamos falando de um Congresso de centro-direita, no qual será difícil aprovar algumas reformas necessárias a partir do ano que vem", avalia. Para ele, um Senado com mais integrantes bolsonaristas será ainda mais complicado para Lula.

Na avaliação da economista Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria, os estímulos fiscais do governo devem amenizar a desaceleração da economia neste semestre, mas ela será inevitável. "Levando em conta o montante de recursos que o governo vem gastando para reforçar a reeleição, que é maior do que os de eleições anteriores, as projeções para o crescimento do **PIB** deste ano estão mais otimistas.

Mas não podemos nos esquecer de que, em 2023, a economia vai desacelerar", destaca a analista, que prevê altas de 2,5%, no **PIB** deste ano, e de 0,4% no do ano que vem. "Em 2023, vamos ter ainda o aumento dos riscos fiscais devido ao enorme pacote de estímulos que estão deixando uma fatura muito alta, em torno de R\$ 275 bilhões", observa.

Desmatamento

O cientista político e especialista em relações exteriores Wagner Parente, CEO da BMJ Consultores Associados, ressalta que as promessas de Lula e de Bolsonaro não são compatíveis com o quadro de uma economia em desaceleração. "Eles falam de aumentos de gastos, mas vão enfrentar um cenário em que a economia não deverá crescer e, portanto, sem aumento de arrecadação como neste ano", destaca.

Além disso, o próximo governo precisará se preocupar com a questão ambiental, que estará diretamente relacionada com a economia. "Os agricultores podem enfrentar sanções dos países europeus se não houver redução no desmatamento", alerta Parente, em referência à proposta do Parlamento Europeu de proibir a comercialização, nos países do bloco, de produtos oriundos de áreas desmatadas em qualquer parte do mundo.

Pacificação: difícil e imprescindível (Editorial)

Correio Braziliense

O Brasil supera o primeiro turno da eleição mais polarizada desde a redemocratização dividido, com cicatrizes, feridas abertas e urgências. E todas elas constituem um desafio do tamanho deste país continental para parlamentares, a começar pelo Senado, passando pela Câmara dos Deputados e assembleias e chegando aos Executivos federal e estaduais, que parte deles ainda precise enfrentar a maratona do segundo turno para definir o nome dos eleitos? principalmente aquele em que o antagonismo é maior: a Presidência.

Divisão entre lulistas e bolsonaristas à parte, União e unidades da Federação, independentemente da coloração política dos escolhidos nessa fase da eleição, precisam com urgência começar a encarar a difícil tarefa de começar a pacificar um país no qual os últimos dias pré-votação foram marcados por uma escalada de tensões, quando não de agressões, atentados e até mortes. Mesmo que o novo desenho de poder no Brasil ainda demande cerca de um mês para ser totalmente definido, apaziguar os ânimos é indispensável não apenas para que o país enfrente o próximo mandato de quatro anos, mas até para que os atuais governos não transformem o que resta de 2022 em mera continuidade dos embates nas urnas ou em tempo perdido.

Tanto quanto dinheiro, tempo é recurso que o Brasil e seus problemas não podem se dar ao luxo de desperdiçar. Para além das disputas políticas, dos governos que precisarão passar pelo processo nem sempre tranquilo da transição e transferência de poder e dos que terão de se reinventar em segundo mandato, desafios administrativos se empilham frente a gestores e parlamentares, qualquer que seja a esfera que se considere.

Na economia, entes federativos de todos os níveis devem lidar com o endividamento, público e privado, com a necessidade de crescimento, de geração de emprego e renda e com a urgentíssima superação dos efeitos da pandemia; na educação, da mesma forma, com o atraso representado por dois anos de aulas remotas, que veio se somar às já enormes diferenças e deficiências de aprendizado, à dificuldade de manutenção dos alunos na escola e de financiamento do ensino público; na saúde, com um sem número de

processos represados pelo período em que salvar as vítimas do coronavírus era prioridade absoluta. Isso apenas para citar algumas das pendências mais urgentes.

E todas elas têm repercussão na área que talvez acumule a maior quantidade de desafios: a social. Apesar dos recentes debates sobre o tamanho da fome no país, um fantasma que aflige milhões de brasileiros, basta caminhar pelas ruas para perceber que a carência de segurança alimentar que é tão concreta quanto urgente. Mesmo com recuos na taxa de **inflação**, os preços dos alimentos e de outros itens básicos seguem pesando no orçamento das famílias, e há muito deixaram de ser um problema apenas para as de baixa renda. Multiplicação da população em situação de rua, aumento do abismo socioeconômico, das disparidades de acesso a serviços essenciais... A lista nessa seara é imensa.

Mas eles talvez possam ser resumidos simbolicamente em um estudo que diz muito sobre o futuro do Brasil, ao tratar de sua matéria-prima mais importante: os brasileiros. Trabalho de pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz que investigou a mortalidade infantil entre 2012 e 2018 considerando o fator etnoracial retrata um país de profundas desigualdades. Segundo o estudo, diarreia, má nutrição e pneumonia são as condições mais associadas à morte de brasileirinhos antes dos 5 anos. E, de acordo com os dados, a diarreia afeta 14 vezes mais a vida das crianças indígenas que a de nascidas de mães brancas. A má-nutrição chega a 16 vezes e a pneumonia, a seis vezes mais. Entre filhos de mulheres negras, riscos foram quantificados em 72% a mais para diarreias, 78% para pneumonia e duas vezes mais por nutrição insuficiente.

O trabalho é muito mais amplo e considera também fatores como pré-natal, estado civil e escolaridade das mães, mas esses dados são indicativo suficiente das urgências que um Brasil dividido precisa enfrentar, a começar, simbolicamente, pelas vidas daqueles que construirão seu futuro. E aponta para a necessidade premente de se conviver com as diferenças ideológicas, tratar as feridas eleitorais e cuidar do que realmente importa e é, ou deveria ser, a razão de da política: a população.

Tarcísio e Haddad impõem derrota histórica ao PSDB



Ex-ministro da Infraestrutura, Tarcísio se apoia na hegemonia da direita no estado



Haddad tentará driblar antipetismo com a ajuda do vice de Lula, Geraldo Alckmin

Tarcísio de Freitas (Republicanos), de 47 anos, e Fernando Haddad (PT), de 59, avançaram para o segundo turno na eleição ao governo de São Paulo. O resultado impõe uma derrota inédita ao PSDB do atual governador, Rodrigo Garcia, de 48, que terminou em terceiro, e compromete o futuro da sigla.

Desde 1994, os tucanos vinham vencendo as eleições paulistas - inclusive no primeiro turno em 2006, 2010 e 2014. Segundo aliados, Rodrigo não deve declarar

apoio formal a nenhum adversário. Após a consolidação do resultado, ele agradeceu aos eleitores pelos votos recebidos, por meio das redes sociais: "Quero agradecer o carinho com que fui recebido durante nossa campanha e os votos recebidos neste domingo. Vou continuar trabalhando para o estado que tanto amo. São Paulo, conte sempre comigo".

Rodrigo amarga dura derrota para o PSDB mesmo com a máquina estatal a seu favor e o apoio de mais de 500 prefeitos - irrigados com verba e entregas do governo. Teve ainda a maior coligação e o dobro do tempo de TV, além da aliança com a União Brasil, que detém o maior volume de recursos para o pleito.

Contrariando o que apontavam as pesquisas, Tarcísio terminou à frente, com 42,32% dos votos, seguido por Haddad, com 35,7%. Rodrigo teve 18,40%. "Pouco menos do que almejávamos, mas perto dos 40% que eram a meta estabelecida do início da campanha", disse Haddad. Levantamento Datafolha divulgado no sábado mostrou que, no segundo turno, Haddad marca 46%, contra 41% de Tarcísio. "Esta eleição mostra a força do bolsonarismo", decretou o candidato do Republicanos.

Nesta segunda etapa, Tarcísio e Haddad pretendem seguir a fórmula das últimas semanas: uma campanha casada com a de seus padrinhos políticos, Jair Bolsonaro (PL) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT), respectivamente, que foram ao segundo turno na disputa pela Presidência da República.

O apoio do vice de Lula, Geraldo Alckmin (PSB) - que governou o estado por mais de 12 anos pelo PSDB -, é peça-chave para Haddad conquistar votos. Ex-prefeito da capital paulista e ex-ministro da Educação de Lula, ele deve enfrentar grande dificuldade, pois a direita sempre venceu no estado, considerado conservador e onde o antipetismo impediu chance de vitória da esquerda.

O ex-ministro da Infraestrutura de Bolsonaro se esforçou para se apresentar como bolsonarista e alguém que conhece São Paulo, já que nasceu no Rio e mudou seu domicílio para São José dos Campos (SP) só para a eleição. Em entrevista, não soube indicar o colégio em que vota-viralizou e foi alvo de rivais.

COLIGAÇÕES Haddad montou coligação numerosa (PT, PSB, PV, Rede, PC do B e Psol), em inédita união da esquerda. Márcio França (PSB) e Guilherme Boulos (Psol) desistiram de concorrer ao estado para apoiá-lo. Ele centra seu discurso na **inflação** e na fome, apostando em promessas populares, como o aumento do salário mínimo paulista, a retirada do ICMS da carne e da cesta básica e a criação de um bilhete único metropolitano.

Tarcísio formou coligação com PSD, PL, PTB, PSC e PMN. Aliados polêmicos, como Eduardo Cunha (PTB), Fernando Collor (PTB) e o prefeito de Embu das Artes, Ney Santos (Republicanos), suspeito de ligação com a facção criminosa PCC, tornaram-se munição para os rivais. O ex-ministro já questionou a obrigatoriedade de vacinação para servidores e o uso das câmeras acopladas aos uniformes da Polícia Militar do estado, medida que reduziu a letalidade policial.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/03/10/2022/p1>

Educação financeira para fugir das dívidas

Rafaela Gonçalves, Michelle Portela

A falta de planejamento financeiro é uma das grandes responsáveis pelo alto índice de inadimplência no país. Levantamento realizado pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) aponta que quatro em cada 10 brasileiros adultos (39,41%) estavam negativados em agosto de 2022 - o equivalente a 63,71 milhões de pessoas. No último mês, o volume de consumidores com contas atrasadas cresceu 10,13% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O crescimento se concentrou no aumento de inclusões de devedores com tempo de inadimplência de 91 dias a um ano (34,90%). O número de devedores com participação mais expressiva no Brasil está na faixa etária de 30 a 39 anos (24,03%): são 15,83 milhões de pessoas registradas em cadastro de devedores. Tal quantidade equivale a 46,29% do total de indivíduos desse grupo etário. O número de devedores segue bem distribuído entre os sexos: 50,88% de mulheres e 49,12% de homens.

"Renda baixa, **inflação** e desemprego altos, crise econômica mundial, falta de educação financeira são pontos que ajudam a explicar essa situação. Mesmo com uma renda menor, é fundamental se organizar para ter uma reserva e conseguir acomodar gastos urgentes em períodos difíceis", destaca Merula Borges, especialista em finanças da CNDL.

Para que uma pessoa ou família consiga administrar bem seus recursos e não cair na inadimplência, é importante conhecer e aplicar conceitos básicos da educação financeira, conforme destacou o head de investimentos da Corretora Nomad, Caio Fasanella. Segundo estudo do Banco Mundial, menos de 40% dos brasileiros adultos são capazes de entender conceitos básicos sobre **inflação**, juros e riscos em investimentos. Por isso, um dos maiores vilões do endividamento brasileiro acaba sendo a falta de noções básicas de sua própria vida financeira.

"Muitas linhas de crédito são corrigidas por índices de **inflação** ou juros, como Selic ou Taxa Referencial, e é o que deixa a dívida do brasileiro mais alta e torna os juros de empréstimos maiores. Isso faz com que o refinanciamento fique cada vez mais caro e as famílias entrem na "bola de neve" da dívida", diz Fasanella.

Em agosto de 2022, cada consumidor negativado

devia, em média, R\$ 3.630,64 na soma de todas as dívidas. Cada inadimplente tinha, em média, 1,94 empresa credora, considerando todas essas dívidas. Quase quatro em cada 10 consumidores (34,41%) tinham dívidas no valor de até R\$ 500, percentual que chega a 49,24% quando se fala de dívidas de até R\$ 1.000.

Em termos de participação, o setor credor que concentra a maior parte das dívidas é o de bancos, com 60,50% do total. A evolução das dívidas às instituições financeiras também teve destaque no último mês, com crescimento de 33,98%. Na sequência, aparece o comércio, com 13,13%, o segmento de água e luz, com 10,60%, e comunicação, com 8,72% do total de dívidas.

A universitária Amanda Neri, de 24 anos, está devendo, há um ano, cerca de R\$ 5 mil para o banco. Seu nome acabou negativado depois de emprestar cheques para a mãe, que entraram sem fundos. "Não foi descontrolado, no momento eu não podia pagar e o tempo foi passando e ficava a dívida. Por agora não me atrapalha em nada, mas eu queria comprar um carro mais pra frente e, com certeza, isso vai me prejudicar", contou a jovem, que está dependendo que sua mãe lhe pague para limpar o nome. "Nunca mais vou emprestar cheques ou meu próprio nome para terceiros, nem ficar prorrogando dívidas", diz.

O presidente do SPC Brasil, Roque Pellizzaro Junior, alertou para a importância de os consumidores buscarem o máximo de informações a respeito das linhas de crédito oferecidas pelos bancos antes da contratação de um empréstimo. "Os bancos oferecem diversas linhas de crédito, mas aquelas de mais fácil acesso costumam ser também as mais caras. Quando as contas não estiverem mais cabendo no orçamento, a orientação é justamente procurar linhas de crédito mais baratas, ainda que isso signifique se deslocar até uma agência bancária ou falar com o gerente da conta. No final, esse movimento pode significar uma boa economia", destaca Pellizzaro.

PERIGOS DO CARTÃO Um dos maiores responsáveis pelo endividamento é o cartão de crédito, principalmente o chamado juro rotativo, quando a operadora oferece a opção de pagar o chamado valor mínimo, deixando o restante da dívida para depois. Assim, a média anual do juro chega a 370%. Por isso os especialistas aconselham evitar ao máximo a opção de pagamento mínimo.

A administradora Janaína Esteves, de 27, está com o nome negativado por ter acumulado uma dívida no cartão de crédito após perder o emprego no fim do ano passado. "Por ter várias coisas parceladas, fui pagando o mínimo enquanto podia, e, depois, acabou virando tudo uma bola de neve. Tive que seguir usando o cartão no início, por estar desempregada, e, desde fevereiro, não consegui mais pagar a fatura", contou. O acúmulo das faturas com juros chegaram a mais de R\$ 12 mil.

Há dois meses, Janaína foi chamada para um novo trabalho, e a primeira meta é conseguir limpar o nome. Para isso, disse, está aguardando um desconto no valor da fatura para trocar os juros do cartão de crédito por um empréstimo pessoal, que tem uma taxa de juros menor, e quitar a dívida à vista. "Os juros para o parcelamento são um absurdo. Quando eles oferecerem, agora que eu voltei a ter renda, vou tentar conseguir um empréstimo para cobrir; é a única maneira de não me afogar em mais juros", afirma.

É preciso prudência e organização para limpar o nome

O caminho para limpar o nome é mais tortuoso do que parece no discurso político. Tema recorrente nas propostas dos candidatos a cargos eleitorais, o endividamento das famílias brasileiras é motivo de preocupação entre especialistas, que pedem paciência a quem está sem dinheiro para pagar as contas, e prudência contra empréstimos bancários que podem levar ao superendividamento. Para eles, vale até criar um caderninho de anotações e aplicar um post-it no cartão de crédito físico como lembrete para evitar compras desnecessárias.

O alto índice de endividamento causou um movimento pela renegociação de dívidas, envolvendo bancos e empresas de avaliação de crédito. Instituições financeiras como Banco do Brasil, Bradesco e Santander mantêm programas para aliviar a situação dos endividados. A eles se juntam plataformas como Serasa, Acordo Certo e Bravo, que oferecem aos consumidores, on-line, a chance de resolverem pendências financeiras com descontos que podem, em alguns casos, chegar a 90%.

Apenas no Serasa, mais de 5 milhões de pessoas acessaram o serviço Serasa Limpa Nome (<https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online>), nos oito primeiros meses deste ano, em busca de informações sobre como sair do endividamento. O número é 14% superior ao registrado no mesmo período do ano passado. Desse total, 53% encontraram oportunidades para negociar as dívidas, segundo informações do órgão.

PASSO A PASSO O modelo oferecido pelas

plataformas é parecido. Nelas, o consumidor pode consultar as dívidas fornecendo o número do CPF. No caso da Serasa, cujo aplicativo também está disponível no Google Play e na App Store, as consultas podem ser feitas por meio de ligação gratuita, pelo número 0800 591 1222, e pelo WhatsApp (11) 99575-2096. A consulta também está acessível em qualquer agência dos Correios, porém, não de forma gratuita. Para isso, é preciso pagar uma taxa de R\$ 3,60.

Após a consulta, o site direciona o consumidor para uma página que reúne todas as suas possíveis dívidas. No mesmo endereço, ele recebe dos credores, previamente cadastrados na plataforma, ofertas de renegociação das dívidas. Ainda on-line, o consumidor pode pedir para pagar o montante devido, baixar o boleto e concluir o processo, limpando o nome.

O setor de telecomunicações foi responsável por 54% dos acordos firmados neste ano, abrangendo dívidas com empresas de telefonia, internet e tevê por assinatura. As securitizadoras, empresas que intermedeiam a negociação de dívidas, responderam por 27% dos acordos. O setor de varejo responde por 8% das negociações.

Por região, o Sudeste registrou o maior número de renegociações no período, com 45% dos casos. Logo em seguida vêm o Nordeste (22%), o Sul (12%), o Norte (9%) e o Centro-Oeste (com 8%). Goiás foi o estado do Centro-Oeste com maior número de pessoas que buscaram negociar as dívidas por intermédio do Serasa, com 169.416 interessados. O Distrito Federal registra 83.092 procedimentos.

ORGANIZAÇÃO Para Aline Maciel, gerente do Serasa Limpa Nome, a procura crescente por informações confirma o interesse dos brasileiros em pagar as suas dívidas. "O consumidor geralmente desconhece as ofertas disponíveis e acredita que, só após muitos anos, o valor da dívida pode cair a ponto de ele ter condições para negociar, mas essa não é a realidade. Independentemente do tempo da dívida, é bem possível existir uma oferta muito interessante para renegociação, com descontos especiais", explicou.

Economista da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Izis Ferreira diz que a primeira dica para evitar o peso das dívidas é retomar uma velha conhecida tática dos brasileiros: anotar os gastos. "Os consumidores podem anotar as compras em uma caderneta e colocar um post-it no verso do cartão de crédito físico para manter o alerta sobre o valor da dívida. Tomando como exemplo o cartão de crédito, precisamos lembrar que ele é como uma terceira pessoa, e que a gente paga para usar o dinheiro de

outra pessoa", explicou Ferreira.

Outra informação importante é estar atento aos juros cobrados no cartão. "Mesmo quando dizemos que a compra é sem juros, eles vêm embutidos no valor total da fatura. Organização e controle são fundamentais, ainda mais quando estamos numa situação de **inflação** alta. Nesse momento, o mais importante é ser conservador em relação ao consumo."

A consultora contábil Dora Ramos, CEO da Faros Contabilidade e Gestão Empresarial, frisa que, para sanar as dívidas, o consumidor precisa ter clareza sobre quem é o credor, organizar as finanças e avaliar qual o valor disponível para pagar os compromissos. "Por exemplo, se uma família tem R\$ 3mil de ganhos mensais, mas R\$ 2 mil já estão comprometidos com as contas fixas, ela precisa avaliar o que pode sobrar do R\$ 1 mil restantes, e não da renda total. Sempre, é claro, levando em consideração os gastos variáveis e os imprevistos financeiros do dia a dia."

Site:

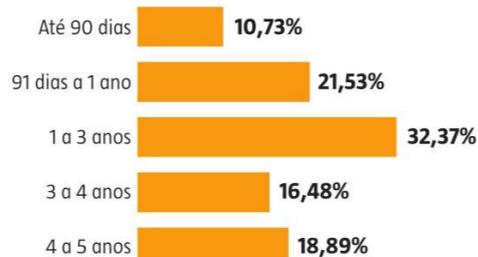
<https://digital.em.com.br/estadodeminas/03/10/2022/p1>

NA PONTA DO LÁPIS

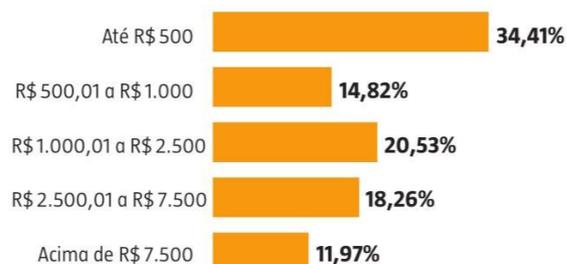
Levantamento do SPC mostrou que quatro em cada dez brasileiros adultos (39,41%) estavam negativados em agosto. Especialistas dão dicas de como limpar seu nome e se manter longe das dívidas

Diagnóstico dos inadimplentes

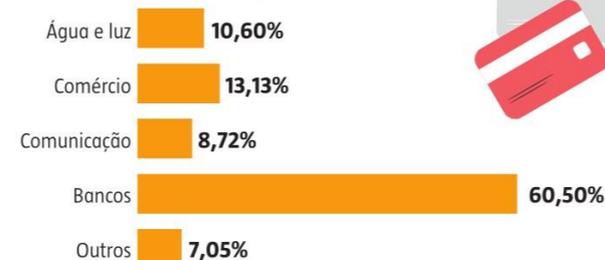
Tempo de atraso



Valor total das dívidas



Dívidas em atraso por setores



Dicas para quitar dívidas negativadas

- Somar o real valor de sua dívida e fazer um plano de pagamento que encaixe em seu orçamento
- Saber os juros que estão sendo pagos em cada empréstimo ou atraso
- Classificar suas dívidas por importância do produto adquirido associado à taxa de juros ou multa por atraso
- Buscar empréstimos com menores juros
- Fazer o controle diário dos gastos / eliminar os supérfluos
- Aumentar a renda com trabalhos extras é muito bem-vindo em momentos de aperto financeiro

Em quanto tempo meu CPF negativado fica limpo?

Assim que você quitar sua dívida ou pagar a primeira parcela do acordo, em cinco dias úteis, o seu CPF negativado volta a ficar limpo novamente. Isso acontece, claro, se você não tiver outros débitos além do negociado.

Como aumentar o meu score?

O score de crédito é uma pontuação utilizada pelas empresas de crédito no Brasil para entender se um consumidor é um bom ou um mau pagador. As notas são atualizadas conforme as movimentações financeiras do consumidor. A melhor forma de aumentar a sua pontuação é não tendo restrição no seu nome e pagando as suas dívidas em dia. Utilizar o Cadastro Positivo também pode ser útil, uma vez que ficam registradas as suas contas pagas, e não somente as dívidas atrasadas.

Como se manter longe das dívidas

- Tenha controle de suas finanças pessoais
- Trace metas financeiras
- Jamais parcele as contas mensais de casa
- Avalie o uso do cartão de crédito
- Poupe para ter saúde financeira



Fontes: SPC Brasil/ Educadores financeiros:

Lula deverá procurar Tebet e tucanos para ampliar alianças no 2º turno



O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), líder no 1º turno, vota na Escola Estadual Dr. João Firmino Correia Araújo, em São Bernardo do Campo (ABC paulista). Matheus Bergamo/VEJA

Catia Scab ra, Julia Chaib e Victoria Azevedo SÃO PAULO E BRASÍLIA . Colaborou Joelmir Tavares

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) já buscava atrair, desde este domingo (2), aliados no MDB, no PDT e na União Brasil, partidos que lançaram candidatos próprios à Presidência da República. Tucanos, como o senador Tasso Jereissati e Eduardo Leite, deverão ser procurados por emissários do petista.

Lula e Jair Bolsonaro (PL) se enfrentarão no segundo turno. Com 98% das urnas apuradas, o petista tinha 48,04%, e o atual chefe do Executivo, 43,54%.

De acordo com aliados, um dos primeiros gestos de Lula será procurar a adversária do MDB, Simone Tebet, para parabenizá-la por seu desempenho ao longo da disputa. Para petistas, a senadora se credenciou como interlocutora entre os emedebistas.

Não é o que ocorre com Ciro Gomes, do PDT, com quem os canais de negociação estão obstruídos. Com a sigla, a princípio, a conversa se dará com parlamentares e membros da bancada recém-eleita. O líder nacional da legenda, Carlos Lupi, e o senador Cid Gomes, irmão de Ciro, também deverão ser procurados.

Ciro só deverá ser cortejado se der sinais de que poderá apoiar Lula, o que ele vinha descartando ao longo da campanha. Investindo na ideia de que sua candidatura é fruto de um movimento suprapartidário, Lula também buscará a declaração formal de endosso de emedebistas com os quais já vinha conversando.

Segundo petistas, será aberto um canal de interlocução mesmo com parlamentares do centrão e integrantes do governo na expectativa de que se

estabeleça diálogo para eventual transição, caso eleito.

Na véspera do primeiro turno, o próprio Lula manifestou a intenção de conversar com todos os que estiverem abertos ao diálogo.

"Nessas horas em que o que está em jogo é melhorar a vida do povo, a gente não tem que ficar com melindre de conversar com quem quer que seja. Nosso barco é como a Arca de Noé. Basta querer viver para entrar lá dentro, e nós iremos salvar todo o mundo", disse ele no sábado (1º).

O vice na chapa petista, o ex-governador Geraldo Alckmin (PSB), a presidente do PT, Gleisi Hoffmann (PR), e o deputado José Guimarães (CE) estão entre os encarregados dessa tarefa. Neste segundo turno, estão previstas viagens de Lula a Salvador e a Fortaleza, e, ainda nesta semana, a campanha se debruçará sobre o mapa eleitoral para definir a estratégia para o segundo turno.

É esperada, também, a adesão de aliados com trânsito entre os militares, o que permitiria a abertura de diálogo com um segmento resistente a Lula. O ex-chanceler Celso Amorim, por sua vez, terá a tarefa de articular o apoio de observadores e o reconhecimento internacional do resultado em caso de vitória.

Sem a estrutura dos candidatos à Câmara e ao Senado, o partido deverá iniciar uma campanha para atrair voluntários para mobilização e fiscalização, além de intensificar campanhas de arrecadação.

Segundo um aliado do ex-presidente, a campanha seguirá com o mesmo tom adotado na primeira etapa e abordará temas relacionados à "vida do povo", como fome, desemprego e **inflação**.

Ainda de acordo com esse aliado, há a avaliação de que, na tentativa de reverter a disputa, Bolsonaro opte por uma campanha mais agressiva, em que prevaleça a linha defendida pelo filho Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ).

Nova rodada é apenas uma prorrogação, afirma petista

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse,

em pronunciamento na noite deste domingo (2), após a confirmação de que irá ao segundo turno contra Jair Bolsonaro (PL), que a nova rodada da disputa é uma prorrogação e a vê como uma "segunda chance" que o povo lhe deu.

"Isso, para nós, é apenas uma prorrogação", discursou, minimizando a distância curta que o adversário conseguiu.

"Para a desgraça de alguns, eu tenho mais 30 dias para fazer campanha. Eu adoro fazer campanha, [...] e vai ser importante porque vai ser a primeira chance de a gente fazer um debate com o presidente da República, para saber se ele vai continuar contando mentiras." O petista disse ainda que nunca venceu uma eleição no primeiro turno e que gostaria de ter ganhado já na rodada inicial do pleito, "mas nem sempre é possível".

"Toda eleição que disputei foi no segundo turno. É a chance de amadurecer suas propostas e sua conversa com a sociedade", continuou, descrevendo as próximas semanas como um período para "construir um leque de alianças para você governar!".

Quem apoia

LULA

MDB

O PT deve procurar Simone Tebet, que teve bom desempenho no primeiro turno. Lula já tem aliados na legenda, como Renan Calheiros

PDT

Apesar de Ciro Gomes já ter dito que não apoiaria Lula, outros membros da sigla devem apoiar o petista

UNIÃO BRASIL

Lula já conversou com o próprio presidente da União Brasil, Luciano Bivar, durante a campanha.

Fernando Haddad (PT-SP) também é interlocutor frequente junto a Bivar e ao vice da União, Antônio Rueda

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

53

Dólar em alta afeta até as economias mais fortes



Notas de US\$ 100 são impressas no Escritório de Gravura e Impressão americano, em Washington; moeda de referência para as economias de todo o mundo. Foto: AP/Wide World



Notas de US\$ 100 armazenadas em pilhas no Escritório de Gravura e Impressão dos EUA

MERCADO

ANÁLISE

Martin Wolf

Comentarista-chefe de economia no Financial Times, doutorem economia pela London School of Economics

Em tempos de dificuldade, o dólar é o refúgio e a força do mundo. Isso é verdade mesmo quando os Estados Unidos são a fonte do problema, como aconteceu na crise financeira de 2007-09. É verdade novamente agora.

Uma série de choques, incluindo a alta **inflação** nos EUA, desencadeou um conhecido movimento de alta do dólar. Além do mais, isso não foi só contra as moedas das economias emergentes, mas também contra as de outros países de alta renda.

Entretanto, a história geral do ciclo do dólar é subjacente a algumas específicas. Atrapalhar as próprias políticas macroeconômicas, especialmente a gestão fiscal, é particularmente perigoso quando o dólar está forte, as taxas de juros estão subindo e os

investidores buscam segurança. Kwasi Kwarteng, por favor anote.

A estimativa do JPMorgan para a taxa de câmbio nominal efetiva do dólar americano valorizou 12% entre o final do ano passado e a última segunda-feira (26). No mesmo período, a taxa efetiva do iene depreciou 12%, a libra, 9% e o euro, 3%. Somente em relação ao dólar os movimentos são maiores: a libra esterlina desvalorizou 21%, o iene, 20% e o euro, 16%. O dólar é o rei do castelo.

Então por que isso aconteceu? Isso importa? O que pode ser feito a respeito?

Quanto ao porquê, a resposta é que a economia mundial sofreu quatro choques vinculados desde 2020: a pandemia; uma enorme expansão fiscal e monetária; no lado da oferta pós-pandemia, em que a demanda reprimida (e desigual) atingiu restrições de oferta de insumos industriais e commodities; e, finalmente, a invasão da Ucrânia pela Rússia, que atingiu a energia, principalmente para os países da Europa.

Os resultados incluíram maior incerteza, forte pressão inflacionária nos EUA, necessidade de política monetária, particularmente do Federal Reserve (o Fed, o banco central americano), para recuperar o atraso, e forças recessivas poderosas, especialmente na Europa. Com o arrocho do Fed à frente de seus pares nos países de alta renda, o dólar se fortaleceu.

Enquanto isso, os resultados divergentes das economias emergentes são determinados pela forma como suas economias são administradas, se elas exportam commodities e seu endividamento.

Dentro do G20, grupo das maiores economias do mundo, surpreendentemente, as moedas de muitos países emergentes se saíram melhor do que as dos países de alta renda. O rublo russo se valorizou acentuadamente.

Na parte inferior estão a libra esterlina, a lira turca e o peso argentino. A libra agora está em boa companhia!

A força do dólar importa? Sim, porque, como observa um artigo recente de coautoria de Maurice Obstfeld, ex-economista-chefe do FMI (Fundo Monetário

Internacional), tende a impor uma pressão contracionista sobre a economia mundial.

Os papéis dos mercados de capitais dos EUA e do dólar são muito maiores do que o tamanho relativo de sua economia sugere. Seus mercados de capitais são os do mundo e sua moeda é o porto seguro do mundo. Assim, sempre que os fluxos financeiros mudam de direção de ou para os EUA, todos são afetados.

Uma razão é que a maioria dos países se importa com suas taxas de câmbio, principalmente quando a **inflação** é preocupante. O perigo é maior para quem tem dívidas pesadas com estrangeiros, ainda mais em dólares. Países sensatos evitam essa vulnerabilidade. Mas muitos países em desenvolvimento agora precisarão de ajuda.

Essas forças de recessão emanadas dos EUA e do dólar em alta se acumulam às criadas pelos grandes choques reais. Na Europa, há a maneira como os preços mais altos da energia estão elevando a **inflação** e enfraquecendo a demanda real.

Enquanto isso, a determinação do líder da China a eliminar um vírus que circula livremente no resto do mundo está atingindo sua economia. O Partido Comunista Chinês pode controlar a população chinesa. Mas não pode esperar controlar as forças da natureza indefinidamente.

O que pode ser feito? Não muito. Fala-se de uma intervenção monetária coordenada, como aconteceu na década de 1980, com os acordos do Plaza e depois do Louvre, primeiro para enfraquecer o dólar e depois para estabilizá-lo.

A diferença é que o primeiro, em particular, se adequava ao que os EUA queriam. Isso tornou a intervenção consistente com seus objetivos domésticos. Até que o Fed esteja satisfeito com o rumo da **inflação**, esse não pode ser o caso desta vez.

É improvável que uma intervenção cambial destinada a enfraquecer o dólar em apenas um ou mesmo em vários países alcance tanto.

Uma questão mais importante é se o aperto monetário está indo longe demais e, em particular, se os principais bancos centrais estão ignorando o impacto cumulativo de sua mudança simultânea na direção do aperto.

Uma vulnerabilidade óbvia está na zona do euro, onde a pressão inflacionária doméstica é fraca e há probabilidade de uma recessão significativa no próximo ano.

No entanto, como Christine Lagarde, presidente do Banco Central Europeu, salientou: "Não vamos deixar que esta fase de **inflação** elevada influa no comportamento econômico e crie um problema de **inflação** duradoura".

Isso pode realmente se tornar excessivo. Mas os bancos centrais têm poucas opções. Eles precisam fazer "o que for necessário" para conter as expectativas de **inflação**.

Ninguém sabe quanto aperto isso pode exigir. Ninguém sabe até que ponto a dívida pendente ajudará, agindo como uma poderosa correia de transmissão, ou prejudicará, causando um colapso.

O que se sabe é que a capacidade dos bancos centrais de apoiar os mercados e a economia já se foi há algum tempo. Em tal momento, a sobriedade percebida dos mutuários importa mais uma vez. Isso é verdade para famílias, empresas e, não menos importante, governos.

Mesmo governos do G7 antes confiáveis, como o do Reino Unido, estão aprendendo essa verdade. A maré financeira está baixando. E só agora percebemos quem estava nadando nu.

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50053>

12%

são quanto
valorizou a
taxa de câmbio
nominal efe-
tiva do dólar
entre o fim do
ano passado
e o último dia
26, segundo
o JPMorgan

9%

foram a queda
registrada pela
libra ester-
lina no mesmo
período

12%

foram a depre-
ciação na taxa
efetiva do
iene, também
nesse período

[...]

Os papéis dos mercados de capitais dos EUA e do dólar são muito maiores do que o tamanho relativo de sua economia sugere. Seus mercados de capitais são os do mundo e sua moeda é o porto seguro do mundo. Assim, sempre que os fluxos financeiros mudam de direção de ou para os EUA, todos são afetados

Os desafios da economia para o futuro governo (Artigo)

Claudio Adilson Gonzalez Economista e diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda

Por força do cronograma do jornal, este artigo foi redigido antes da divulgação dos resultados das eleições de 2 de outubro.

Mas se há (ou havia) dúvidas quanto a quem estará à frente do governo a partir do início do próximo ano, sabe-se que as dificuldades para a condução da política econômica que ele vai enfrentar serão enormes.

O primeiro grande desafio vem da economia mundial. Na Europa, o aumento de oito vezes do preço do gás natural, desde o início da guerra na Ucrânia, poderá ter consequências econômicas tão danosas quanto os choques de petróleo dos anos 1970. Parece inescapável que a União Europeia e o Reino Unido tenham que enfrentar forte recessão, com início já a partir deste último trimestre de 2022. Dados os choques de custos e as expressivas desvalorizações cambiais que essas regiões vêm enfrentando, a **inflação** continuará elevada, o que impedirá que os seus bancos centrais usem a política monetária para aliviar as quedas de renda e emprego, como fizeram na grande crise financeira de 2008.

Quanto aos Estados Unidos, dificilmente será possível frear a **inflação** sem provocar significativo aumento do desemprego e expressiva desaceleração econômica, como o Fed (banco central norte-americano) parecia acreditar até há pouco tempo.

Na China, a política de covid zero, a guinada estatizante do governo Xi Jinping, a crise imobiliária e a existência de capacidade ociosa em vários setores concorrerão para manter o crescimento econômico bem abaixo do que vinha sendo registrado até 2019.

Com mais de 70% da economia global em crise, deverá haver queda dos preços das commodities, aumento da aversão ao risco e continuidade do fortalecimento do dólar. Tudo isso é muito ruim para a economia brasileira.

Além das ondas de choques negativas para o crescimento, esse cenário externo pode também

provocar depreciação do real, o que dificultaria ainda mais a tarefa do Banco Central de conduzir a **inflação** às metas.

Como sempre ocorre em campanhas eleitorais, todos os candidatos fizeram promessas de benesses como se não existisse restrição orçamentária. O problema é que desta vez o governo Jair Bolsonaro deixou uma enorme bomba fiscal armada.

Utilizou aumentos transitórios de receitas para promover desordenadas desonerações fiscais.

Paulo Guedes brada que, apesar da pandemia, 2022 se encerrará com as despesas primárias, como proporção do **PIB**, no mesmo nível de 2019. O que ele parece esquecer - ou talvez nem saiba - é que isso se deve principalmente a uma repressão de gastos que não poderá mais ser mantida e que o **PIB** nominal foi inflado pela aceleração da **inflação** e pela elevação muito maior dos preços ao produtor do que dos preços ao consumidor, e são estes que afetam a maior parte das despesas do governo.

Bem, tudo isso é problema para 2023. Agora o que interessa é ganhar a eleição. Pobre Brasil.

Claudio Adilson Gonzalez Economista e diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda

Site: http://www.jornalatardelaranjal.com.br/a_tarde.pdf

Combate à insegurança alimentar custará US\$ 50 bi, afirma FMI



FMI aponta mais de 345 milhões de pessoas com dificuldades severas para se alimentar no mundo

MATHEUS ANDRADE

O Fundo Monetário Internacional (FMI) estima que US\$ 50 bilhões serão necessários para erradicar a insegurança alimentar no mundo nos próximos 12 meses, assegurando as necessidades alimentares de 345 milhões de pessoas em todo o mundo.

Em um estudo sobre o tema, o Fundo destaca os problemas causados pela alta dos preços dos alimentos, que vinham em níveis elevados e tiveram uma especial disparada com a guerra entre a Rússia e a Ucrânia.

O FMI destaca 48 países entre os mais afetados pela crise.

O Brasil não consta entre eles, mas é lembrado como sétimo maior importador de fertilizantes da Rússia e da Ucrânia.

Para compensar os habitantes mais vulneráveis das 48 nações, o FMI estima um custo entre US\$ 5,1 bilhões e US\$ 7,2 bilhões em 2022. "É importante notar que os custos adicionais são arcados em um momento em que as receitas domésticas provavelmente estão sob pressão devido ao menor crescimento do **PIB**, que pesa especialmente sobre a receita tributária", lembra o FMI.

O FMI diz que mais da metade dos 48 países identificados como altamente expostos à crise alimentar têm amortecedores externos ou fiscais relativamente fracos, o que limita sua capacidade de resposta ao choque.

As reservas internacionais para 15 países cobrem

menos de três meses de importações e as reservas para outros oito países não excedem quatro meses, aponta. Neste contexto, "é importante notar que a mobilização adicional de receitas internas para ajudar a cobrir os gastos necessários para mitigar a crise alimentar é muitas vezes difícil no curto prazo".

Site: http://www.jornalatardelaranjal.com.br/a_tarde.pdf

Taxa de juros na zona do euro pode chegar a 3%, prevê banco

GABRIEL CALDEIRA E LETÍCIA SIMIONATO

Ainda que medidas de governos para controlar preços de energia possam segurar um avanço adicional da **inflação** na zona do euro, que chegou ao recorde de 10% em setembro, ela não será controlada sozinha e, por isso, o Banco Central Europeu (BCE) precisará continuar com seu aperto monetário agressivo, de acordo com o Commerzbank. "Espere taxa de depósitos em 3% até o início da primavera do ano que vem", resume o banco alemão.

Atualmente, essa taxa está em 0,75%. A primavera no hemisfério norte vai de meados de março a junho.

Segundo a instituição, não são só os preços de energia e alimentos que estão subindo, e os preços aos produtores continuam muito altos. "Além disso, muitas empresas ainda não repassaram integralmente seus custos de produção mais elevados aos consumidores", alerta o Commerzbank.

O relatório do banco também destaca os "sinais crescentes de aumento salarial significativo" na zona do euro, à medida que sindicatos exigem pagamentos melhores para compensar ao menos parte do aumento de preços.

META. Na sexta-feira, Isabel Schnabel, integrante do conselho do BCE, afirmou que serão necessários novos aumentos nas principais taxas de juros para garantir que a **inflação** retorne à meta de 2% em tempo hábil. Em discurso no Foro La Toja, a banqueira central destacou que, se houver um risco tangível de que a menor demanda não alivie as pressões inflacionárias, há fortes razões para uma abordagem de "controle robusto" da política monetária, "guiada pelo princípio de um banco central prospectivo que toma suas decisões com vistas a estabilizar a **inflação** a médio prazo".

Segundo Schnabel, a **inflação** pode permanecer alta, apesar do enfraquecimento da demanda.

"Uma razão é que a crise energética de hoje suprimirá tanto a oferta quanto a demanda.

Uma segunda razão é que as empresas tentarão proteger suas margens de lucro dos custos de energia mais altos", explica.

"As pressões sobre os preços estão se ampliando e os salários nominais não estão acompanhando o aumento dos preços. O resultado é uma perda acentuada no poder de compra das pessoas e um declínio na participação do trabalho na renda, que é a parcela da renda total paga aos trabalhadores como salários, vencimentos e outros benefícios", completa.

Site: http://www.jornalatardelaranjal.com.br/a_tarde.pdf

PIB brasileiro no século 20 pode ter sido menor que o divulgado



Estudo de Bacha (foto), Tombolo e Versiani indica um crescimento mais acelerado no século 19

VINICIUS NEDER RIO

O crescimento econômico do Brasil de 1900 a 1980, tido como um dos mais rápidos do mundo, pode não ter sido tão acelerado. Pesquisa dos professores Edmar Bacha, integrante da equipe que formulou o Plano Real, Guilherme Tombolo, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), e Flávio Versiani, da Universidade de Brasília (UnB), aponta que o período do "milagre econômico" pode não ter sido tão grande. Isso sugere, em meio ao bicentenário da Independência, que o desempenho da economia do Império, no século 19, pode ter sido melhor do que o consenso atual.

As contas de Bacha, Tombolo e Versiani - os primeiros resultados foram publicados no fim de agosto em um Texto para Discussão, no site do Instituto de Estudos de Política Econômica Casa das Garças - indicam um crescimento anual médio de 4,9% entre 1900 e 1980, abaixo dos 5,7% da série estatística atualmente aceita.

A principal explicação para a diferença é que a metodologia de cálculo do Produto Interno Bruto (**PIB**), em boa parte do século passado, não considerou atividades relacionadas ao governo, à intermediação financeira e aos aluguéis. A reestimativa procura incorporar essas atividades - o que explica a revisão do desempenho.

É consenso que a economia brasileira ficou praticamente estagnada no século 19. No século 20, se destacou com um dos ritmos de crescimento mais acelerados do mundo, mas voltou à estagnação de 1980 até hoje. No início deste ano, os professores Marcelo de Paiva Abreu e Luiz Aranha Corrêa do

Lago, da PUC-Rio, e André Arruda Villela, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), publicaram o livro *A Passos Lentos*, sobre a economia do Brasil durante o Império.

Em agosto, Bacha, Tombolo e Versiani sugeriram que essa dinâmica, marcada por "quebras estruturais extraordinárias" no ritmo de crescimento, passando da estagnação ou lentidão ao avanço acelerado, não passa de "ilusão estatística".

Uma expansão menos acelerada de 1900 a 1980 implica um ritmo melhor no século 19 - a pesquisa inclui a reestimativa para o século retrasado e será apresentada num artigo científico que deverá ser publicado ainda este ano.

VÁCUO.

A reestimativa para tempos mais remotos é mais difícil porque faltam dados. "Para o século 19, não temos quantidades, estatísticas de produção.

Só de exportação e importação.

Produção interna, não temos", diz Bacha, que é membro Academia Brasileira de Letras (ABL).

Justamente porque há menos informação sobre o século 19, "um dos argumentos para justificar a estagnação" da economia do Império era "aceitar" o acelerado crescimento do século 20, diz Bacha. Afinal, para crescer tanto, o **PIB** de 1900 tinha de ser "muito baixinho" - o que dá força à noção de que a economia havia crescido mais no século anterior.

Professor de história econômica na FGV, Thales Zamberlan Pereira acha improvável que reestimativas sobre o século 19 apontem crescimento muito mais acelerado. Esse cenário é condizente com a estabilidade econômica que se seguiu à abdicação de d. Pedro I, em 1831, após um período de crise, com **inflação** alta e atrasos de salários terem ajudado a impulsionar o movimento de Independência em 1822. Pereira e o jornalista Rafael Cariello descrevem esse quadro de 200 anos atrás no livro *Adeus, senhor Portugal*, lançado por conta do bicentenário da Independência.

Para o professor da FGV, apurar os cálculos sobre o

crescimento econômico no século 19 é um importante trabalho de pesquisa para a história econômica.

Mesmo assim, para Pereira, as reestimativas dificilmente farão diferença no entendimento sobre a economia daquela época.

Economista vê 'ilusão estatística' em dados

A "ilusão estatística" sobre a economia do século 20 sugerida pelos economistas foi alimentada por uma mudança metodológica feita, em 1969, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), responsável pelo cálculo do **PIB** entre 1947 e 1980.

A mudança ajudou a elevar o crescimento durante a fase mais brutal da ditadura militar. Pelas estatísticas atuais, a economia avançou, entre 1968 e 1973, ao ritmo de 11,5% ao ano, de fazer inveja ao desempenho recente da China. Na reestimativa proposta por Bacha, Tomboło e Versiani, o crescimento médio anual no período foi de 9,3%.

"Mudaram as contas justamente em 1969. Não vou muito além, mas é muito curioso", afirma Bacha, ao ser questionado se o "viés" estatístico pode ter sido usado para beneficiar politicamente a ditadura militar. "Ter mudado a metodologia facilitou a ideia do milagre", completa.

Apesar das revisões, Bacha destaca que o crescimento econômico do Brasil no século 20 segue "muito bom". Segundo o banco de dados do Projeto Maddison - pesquisa da Universidade de Groningen, na Holanda, dedicada à compilação de dados históricos sobre a atividade econômica de diversos países -, o crescimento global foi de 3,2% ao ano, na média de 1900 a 1980.

"Cresceu bem mais do que o mundo. É respeitável. Pode não ser o maior crescimento do mundo, como o (Cláudio) Haddad (economista e autor da pesquisa que calcula a série estatística de 1900 a 1947) diz no livro, mas é um crescimento respeitável", diz Bacha.

Mudança

5,7% é o crescimento médio anual brasileiro entre 1900 e 1980, segundo a série estatística atualmente aceita

4,9% seria o número correto, pela reestimativa dos pesquisadores

Site: http://www.jornalatardelaranja.com.br/a_tarde.pdf

Presidente surpreende o PT de salto alto (Artigo)

LAURO JARDIM

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Redes sociais tornam-se palco central de debates

João Luiz Rosa e Daniela Braun De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187345?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187345?page=1§ion=1

Extrema-direita preocupa analistas

Marli Olmos

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo/20221003>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo/20221003>

Dólar não deve perder fôlego tão cedo

Victor Rezende De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187345

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187345